



Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Educação

Representações dos Pais Primários e Multíparos sobre Creche

Dissertação apresentada na Escola Superior de Educação de Lisboa,

para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

Especialidade Intervenção Precoce

Susana Maria Santos Fortes Realista

2013



Instituto Politécnico de Lisboa

Escola Superior de Educação

Representações dos Pais Primários e Multíparos sobre Creche

Dissertação apresentada na Escola Superior de Educação de Lisboa,

para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação

Especialidade Intervenção Precoce

Susana Maria Santos Fortes Realista

Sob orientação de:

Prof^a. Doutora Marina Fuertes

“A ‘Qualidade da Educação’ é um dos aspetos da ‘Qualidade de Vida’”

(Bairrão, 1998, p. 43)

Resumo

A investigação indica que os pais dos primogénitos tem preocupações e comportamentos distintos dos pais com mais do que um filho. Pouco se sabe sobre a relação entre o número de filhos e o impacto da creche ou sobre a adaptação dos pais à creche. Com o presente estudo pretendemos conhecer as representações dos pais primíparos relativamente aos outros pais acerca dos indicadores de qualidade em creche. Neste estudo, procuramos assim conhecer: Quais as razões que os levaram a colocar os filhos na Creche? Quais as razões que os levaram a escolher a creche que os filhos frequentam? Que informações obtiveram sobre a creche? Quais os aspetos que consideram que promovem a qualidade em Creche?

Na nossa investigação aplicámos 100 questionários previamente validados, 50 dos quais a pais primíparos e 50 a pais múltiparos, de crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses. O estudo revela que os pais: i) valorizam o bem-estar dos seus filhos na creche num ambiente de segurança e afetividade, ii) apreciam que a creche os queira ouvir e que respeite a sua opinião de pai/mãe, iii) valorizam um número adequado de crianças e adultos por sala e iv) por último defendem uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação. Este trabalho permitiu-nos desta forma conhecer a perspetiva dos pais sobre, qualidade em creche e explorar indicadores para a colaboração escola-família.

Palavras chave: Qualidade, creche, representações, pais

Abstract

Investigation indicates that parents of firstborn children have different behaviors and concerns, from parents with more than one child. It is uncertain that the relationship between the number of children and the impact of the Infant/Toddler center-based child care, or about adaptation of parents to this institution.

This research aims to investigate parents' opinions about: Why they choose center-based child care? What previous information was provided to the parents about the center-based child care? What aspects are considered by parents to promote the quality of the center-based child care?

Hence this investigation undertook 100 questionnaires of parents with children aged between 4 and 36 months of age, 50 of which are primiparous and the remaining 50 are multiparous.

This study suggests that parents with children center-based child care: i) value the wellbeing of their children in an environment of security and affection; ii) appreciate being heard and having their opinions respected iii) value staff-children ratios per classroom; iv) advocate for a straight forward, honest and open relationship with the early childhood education professionals. Overall this research allows presenting the parents' perspectives in the quality of center-based child care and explore possible guidelines for child care-family collaboration.

Key-terms: Quality conceptions, Infant/Toddler center-based child care, parents

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Marina Fuertes, pela partilha do seu saber, pelo profissionalismo, disponibilidade, simpatia e motivação com que me acompanhou ao longo deste trabalho. Foi um enorme prazer ter como tutora uma pessoa tão especial.

À Sofia que partilhou comigo esta caminhada, sem ela teria sido muito mais difícil chegar até aqui.

À Carmo pela disponibilidade e ajuda na formatação do trabalho.

À Susaninha pela paciência de fazer as correções ortográficas.

À Guida que me apoiou no tratamento de dados estatísticos do programa SPSS.

Aos pais que responderam aos questionários.

Às minhas colegas e amigos que participaram e me incentivaram ao longo do trabalho.

À minha família, em particular ao meu marido, às minhas filhas Rita e Margarida e aos meus pais pelo apoio e compreensão das minhas ausências ao longo deste percurso.

Índice Geral

Resumo	I
Abstract	II
Agradecimentos	III
Índice Geral	IV
Índice de quadros	VI
Índice de gráficos	VII
Índice de Anexos	VIII
Lista de Siglas	IX
Introdução	1
<u>Parte I – Revisão de literatura</u>	
Capítulo 1 – Creche: Práticas e Investigação	5
1.1- Evolução da História da Educação de Infância em Portugal	5
1.2 – Enquadramento Legal da Creche	8
1.3 – Qualidade em Creche	18
1.4 – Relação Escola-Família	20
<u>Parte II – Estudo Empírico</u>	
Capítulo 2 – Estudo Empírico	25

2.1 – Metodologia	25
2.2 – Objetivos de Estudo	25
2.3 – Métodos	26
2.4 – Caracterização da Amostra	28
2.5 – Tratamento de Dados	31
2.6 – Apresentação de Resultados	31
2.6.1 - Estudo do impacto dos fatores demográficos nas respostas dos pais	37
2.6.2 - Pais primíparos versus pais múltiparos	42
2.6.3 - Estudo da associação com os fatores demográficos	47
2.7 - Discussão dos Resultados e Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas	56
Anexos	65

Índice de Quadros

Quadro 1 – Apresentação dos distratores	28
Quadro 2 – Profissão dos pais	30
Quadro 3 – Pontuação média obtida por item apresentada por ordem crescente para o pais primíparos	32
Quadro 4 – Pontuação média obtida por item apresentada por ordem crescente para os pais múltiparos	33
Quadro 5 – Fatores mais valorizados pelos pais primíparos/múltiparos	35
Quadro 6 – Fatores menos valorizados pelos pais primíparos/múltiparos	36
Quadro 7 – Significância das diferenças dos pais primíparos	37
Quadro 8 – Significância das diferenças dos pais múltiparos	38
Quadro 9 – Significância das diferenças entre famílias	39
Quadro 10 – Significância das diferenças entre pais e mães	40
Quadro 11 – Significância das diferenças tipo de creche	41
Quadro 12 – Significância das diferenças das famílias e do tipo de creche	42
Quadro 13 – Significância das diferenças entre primíparos versus múltiparos	43
Quadro 14 – Correlações: Resposta dos primíparos versus múltiparos	45
Quadro 15 – Correlações dos primíparos	48
Quadro 16 – Correlações dos múltiparos	49

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Idade dos pais	29
Gráfico 2 – Habilitações literárias dos pais	29
Gráfico 3 – Género da criança	30
Gráfico 4 – Idade da criança	31

Índice de Anexos

Anexo 1 – Consentimento Informado

Anexo 2 – Questionário aos Pais

Lista de Siglas

DGAS - Direcção-Geral da Acção Social

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

MTSS- Ministério do Trabalho e Segurança Social

NAEYC - National Association for the Education of Young Children

NICHHD - National Institute of Child Health and Human Development

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

Introdução

Dado que os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento global da criança, esta deve ter acesso a serviços de qualidade que respondam às suas necessidades, expectativas e interesses (ver revisão em Fuertes, 2011). A criança durante o afastamento da sua família, deve sentir-se amada e respeitada na sua originalidade para crescer saudável e de forma harmoniosa.

É imprescindível que exista nas instituições de apoio à infância, um conjunto de normas que constituem princípios orientadores para que as creches sejam capazes de responder de forma particular às necessidades e interesses de cada criança e contribuir de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento (DGAS, 1996, p. 5).

No panorama de educação de infância em Portugal a creche não tem merecido especial destaque não estando incluída no Ministério da Educação. Sendo a creche o lugar onde se dão as primeiras experiências da separação com a família, o desenvolvimento da linguagem, a construção de relações afetivas, a promoção da autonomia, entre outras aquisições, é um contexto educativo extremamente importante. Falar da creche é muito mais do que tratar de uma instituição, das suas qualidade e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança enquanto pessoa, ator social com plenos direitos e necessidades específicas.

Os estudos revelam *que* "os bebés em Creches de boa (moderada) qualidade não diferem daqueles que permanecem em casa com as suas mães o tempo todo. Contudo, nas famílias em que há oportunidade limitada para a dispensa de cuidados ou para estimulação intelectual, as crianças parecem beneficiar com a Creche". Phillips *et al.* 1987; Howes e Hamilton 2002 (citados por Carvalho, 2005, p.116).

As investigações realizadas demonstram ainda que os serviços para a infância devidamente adequados e de elevada qualidade, produzem efeitos positivos a curto e longo prazo no desenvolvimento cognitivo e social das crianças (Barnett, 1995, cit in NAEYC, 1997).

Em Portugal, a Legislação atribui duas grandes finalidades à creche, tais como: *apoiar as famílias na tarefa de educação dos filhos; e proporcionar a cada criança oportunidades de desenvolvimento global, promovendo a sua integração na vida em sociedade* (Ministério da Educação, 2000, p.40). Para além destas funções a creche tem como objetivos:

“ a) *Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; b) Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança; c) Assegurar um atendimento individualizado e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança; d) Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado; e) Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva; f) Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade” (Portaria nº262/2011, Artigo 4º).*

Nos últimos anos, em Portugal o atendimento à primeira infância têm sido alvo de especial atenção por parte das entidades competentes, como aconteceu recentemente com a publicação da Recomendação – A Educação dos zero aos três anos, publicada pelo Conselho Nacional de Educação. Este documento, entre outros aspetos, vem salientar a importância da educação dos zero aos três anos como um direito e não apenas como uma necessidade social, reforça o papel da família como primeiro agente educativo, confirma a creche como a instituição de referência para o atendimento às crianças entre os zero e os três anos e apela ao investimento em contextos de elevada qualidade.

Neste sentido, a nível Internacional, a Associação Nacional para Educação de Crianças Pequenas (NAEYC - National Association for the Education of Young Children), refere que os pais quando estão a escolher uma creche para o seu filho encaram muitas perguntas e considerações, tais como: custos, localização, horário entre outros aspetos. Recentemente, a mesma associação elaborou uma *Quality Checklist* que permite que as famílias saibam se os programas que os seus filhos experienciam são ou não de qualidade, atendendo à qualidade do relacionamento entre as crianças e os adultos, ao currículo e desenvolvimento da criança (considerando todas as áreas de desenvolvimento – cognitiva, emocional, linguística, física e social), ao acompanhamento dos progressos da criança, à nutrição, à segurança e à saúde das crianças e da equipa de funcionários, à qualificação dos profissionais e à colaboração com as famílias e comunidade (NAEYC, 2006, p.1).

Segundo Bairrão (1998, p. 46) ao definir qualidade revela critérios claros como as condições materiais, físicas e sociais que contribuem para o bem-estar de cada criança, paralelamente define critérios subjetivos que se prendem ao conceito que cada indivíduo tem acerca da qualidade .

Depreendemos assim, que mais importante que o espaço físico, os materiais e os recursos, é a relação afetiva que se estabelece entre crianças e adultos e o bem-estar dos mesmos (Fuentes & Assis, 2011).

Citando Portugal (1998, p.124) *“Sabemos que a creche, além de construir um serviço à família, pode responder às necessidades educativas dos mais pequenos”*, deste modo, surge para dar resposta às necessidades dos pais e às suas preocupações educativas.

Reconhecendo que a relação escola-família deve ser desenvolvida em parceria com o ambiente familiar, é importante que as experiências sejam promotoras de desenvolvimento e bem-estar para a criança, já as orientações curriculares afirmam que *“a família e a instituição de educação pré-escolar são dois contextos sociais que contribuem para a educação da mesma criança; importa por isso, que haja uma relação entre estes dois sistemas”* (Ministério da Educação, 1997, p.43).

Após uma atenta revisão de literatura, pretende-se com este estudo aprofundar questões de qualidade, conhecer as representações dos pais primíparos e múltiparos sobre creche, perceber o seu conceito de qualidade e o que valorizam neste contexto. O estudo foi de carácter quantitativo, recolhemos a opinião dos pais por questionário, adaptado de Assis (2012), avaliamos os fatores de qualidade em creche valorizados pelos pais, tipo de creche que frequentavam IPSS ou privada e o impacto de fatores sociodemográficos.

A tese encontra-se organizada em duas partes. Na Parte I é apresentada a fundamentação teórica. No Capítulo 1 consta a evolução histórica da educação de infância em Portugal, o enquadramento legal da creche, as questões de qualidade em creche e a relação escola-família.

Na Parte II, apresentámos o estudo empírico quantitativo com os respetivos objetivos de estudo, métodos, descrição da amostra, tratamento de dados, apresentação de resultados e as considerações finais acerca do estudo realizado.



PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Cap. 1 – Creche: Práticas e Investigação

1.1 Evolução da História da Educação Infância em Portugal

Vários acontecimentos políticos, económicos e sociais marcaram a evolução dos cuidados para com a população infantil portuguesa no último século. Com a revolução industrial verificou-se uma maior valorização e reconhecimento da educação pré-escolar, facto que coincidiu com a integração da mulher/mãe no mercado de trabalho e conseqüentemente a alteração da estrutura familiar, acentuando assim a necessidade de criar instituições para cuidar de crianças (Ministério de Educação, 2000).

No ano de 1882, data das comemorações de Froebel, foi criado o primeiro jardim de infância público em Lisboa. Segundo Teresa Vasconcelos esta iniciativa do estado veio despoletar mais tarde em 1896, o primeiro programa oficial das escolas, para completar o contexto educativo doméstico, estimular o desenvolvimento físico das crianças, educá-las e inculcá-lhes bons hábitos (2009).

Conforme refere Cardona (2006) durante a Primeira república começa-se a valorizar a educação de infância e a respeitar as especificidades das crianças.

Em 1911, após a implementação da primeira República, surge o primeiro Jardim-escola “João de Deus em Coimbra” para crianças dos quatro aos oito anos idade, seguindo o modelo e os princípios da Cartilha Maternal.

Durante esta época a qualidade da formação dos professores era bastante valorizada, salienta-se a formação para professores de escolas infantis.

De acordo com Vasconcelos (2006) no período do estado novo há um retrocesso na educação da infância, em 1937 as poucas escolas oficiais que existiam foram encerradas e as mães ocuparam-se unicamente da educação dos seus filhos. Na sequência desta ideia foi publicado um decreto que terminava a obrigatoriedade de as fábricas terem creches para os filhos das trabalhadoras. O ensino oficial foi suprimido e a Obra Social das Mães passou a dar apoio às mães na educação dos seus filhos (Ministério da Educação, 2000).

Cardona (2006) relembra que nesta altura foram fechados os cursos das escolas do Magistério Primário, impedindo assim o acesso às habilitações para o exercício das funções de docente. Perante a situação política da época surgem as respostas privadas na tentativa de dar resposta à formação dos professores. A associação João de Deus em 1943 desenvolve um curso de formação de educadores com base no seu método pedagógico. O Ministério de Educação manteve a sua posição. Posteriormente em 1954 surgem as duas primeiras escolas privadas de

formação de professores, a Escola de Educadores de Infância e o Instituto de Educação Infantil num contexto religioso (Bairrão, Barbosa, Borges, Cruz & Pinto,1990).

Os anos 60 assinalaram uma nova transformação na educação de Infância, promovendo o desenvolvimento cognitivo da criança com a preocupação de a preparar para o futuro. Em 1963 organizaram-se grupos de trabalho de professores e educadores inspirados no Movimento da Escola Moderna e na pedagogia de Freinet. Foram criados Jardim-de-infância e creches, serviço de amas e creches familiares no âmbito do Ministério da Saúde e Assistência para apoiar as famílias na educação dos filhos durante o horário laboral (Ministério de Educação, 2000). Até aqui a preocupação das instituições eram os cuidados e as necessidades básicas das crianças, não contemplavam objetivos educacionais (Bairrão, Barbosa, Borges, Cruz & Pinto,1990).

Já nos anos 70, Veiga Simão, Ministro da Educação organizou o sistema educativo Português, reabriu os cursos públicos para a formação de educadores. Em 1971 foi criada a comissão instaladora de Infantários e Jardins de Infância e no ano seguinte os objetivos da educação de infância e a criação de cursos públicos de formação de educadores de infância. Foram também publicadas as recomendações para o exercício do bom funcionamento das instituições. No ano de 1973 a reforma do sistema educativo de Veiga Simão reincorporou a educação de infância no sistema educativo, definindo a educação pré-escolar dos três aos seis anos sendo a frequência das crianças facultativa (Ministério da Educação 2000). A partir daqui a educação pré-escolar foi influenciada por constantes mudanças sociais e políticas em Portugal (Formosinho, 1994).

Após o 25 de Abril 1974 a política democrática provocou alguma instabilidade, as comissões de moradores começaram a ocupar espaços e a transformá-los em escolas. Perante os acontecimentos era urgente definir uma política socioeducativa de auxílio à maternidade e à infância. Sendo em 1977 publicada a lei nº 5 /77 que legislava a rede oficial pré-escolar contemplando apenas as crianças a partir dos três anos de idade.

Em 1978 deixou de ser utilizada a designação de educação pré-escolar e passou novamente a jardins-de-infância (Cardona, 2006). No mesmo ano com base na lei nº 5/77 foi criada a rede pública do Ministério da Educação (Ministério da Educação, 2000). Passaram assim a funcionar duas redes públicas uma à tutela do Ministério da Educação (destinada a crianças com idade superior a três anos de idade) e a outra à responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

destinada a crianças com idade inferior aos três anos de idade (Cardona, 2006). O facto de serem tuteladas por Ministérios independentes traz alguns inconvenientes, o primeiro dependente do Ministério de Educação desenvolvia uma pedagogia educacional e o segundo dependente do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social desenvolvia um modelo assistencial dando resposta aos cuidados das crianças na ausência dos pais.

A publicação Decreto-Lei nº542, de 31 Dezembro de 1979- Estatuto dos Jardins de Infância vem estabelecer regras na educação pré-escolar, normas de funcionamento, os direitos e os deveres dos profissionais visando assim, uma educação de qualidade (Ministério de Educação, 2000).

Em 1986 é publicada a lei de bases do sistema educativo (lei nº5/86 de 14 de Outubro), “ (...) é valorizada a função da pré-escolarização da educação de infância” Cardona (2006, p.136).

Com a reforma do sistema educativo em 1986, houve a preocupação da formação dos professores das escolas infantis, as escolas empregavam unicamente a mulheres habilitadas com o curso de professores da escola primária (Cardona, 2008).

Posteriormente foi aprovada a Lei-Quadro da Educação Pré-escolar (lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro), que vem definir “A educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”, referindo que a educação pré-escolar se destina a crianças dos três aos seis anos de idade.

O Ministério de Educação em 1997, editou as orientações curriculares para a Educação Pré-escolar, aprovado pelo despacho nº 5220/97 de 10 de Julho, este documento não é visto como um programa ou currículo, mas como uma orientação para o educador, sendo uma referência na organização do contexto educativo. Podemos defini-lo como “conjunto de princípios para apoiar o educador nas decisões sobre a sua prática, ou seja para conduzir o processo educativo a desenvolver nas crianças” (Ministério da educação, 1997).

A lei nº 49/ 2005, de 30 de Agosto, decreta que os serviços se destinam a crianças dos três anos até à entrada no ensino básico, salienta a importância da articulação com a família e atribui ao estado a obrigação de assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.

Os relatórios realizados pela OCDE recordam que a preocupação com a educação de infância, se deve às alterações na sociedade que ocorreram nos últimos anos com a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento do número de crianças nas grandes cidades (Ministério de educação, 2000). Diz-nos ainda que, “ o estatuto e a formação dos docentes para crianças dos zero aos três anos de idade

tem-se revelado bastante mais fraco do que nos jardins de Infância, o que poderá ter consequências negativas na qualidade daqueles serviços. Para além da necessidade de reconsiderar o papel do Ministério da Educação no sector do grupo etário dos zero aos três anos de idade e por razões que se prendem com a melhoria e manutenção de qualidade, o estatuto e os salários dos trabalhadores do sector precisam de ser examinados” (Ministério de Educação da Educação, 2000, p. 212).

1.2-Enquadramento legal da creche

“A educação de infância em Portugal tem vindo, gradualmente, a ser assumida pelo Estado como uma etapa importante: a primeira etapa do processo de educação ao longo da vida” (Ministério da Educação, 2000, p.113).

As crianças com idade inferior aos três anos de idade podem ser atendidas em equipamentos de iniciativa pública, cooperativa, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) ou outras instituições sem fins lucrativos, e ainda de iniciativa privada. A tutela dos cuidados e educação das crianças dos zero aos três anos de idade pertence ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o qual celebra protocolos de cooperação com as instituições sem fins lucrativos, e sobre o sector privado. Estes serviços para além da intencionalidade educativa (Bairrão, 1998), incluem vertentes a nível da alimentação, saúde, cuidados de conforto e higiene, envolvimento familiar e comunitário (Bairrão & Almeida, 2002).

As estruturas solidárias e públicas são comparticipadas pelas famílias de acordo com o rendimento do agregado familiar promovido por entidades de natureza jurídica. Enquanto os estabelecimentos particulares sem apoio financeiro público, regem-se por normas legais que regulamentam os requisitos de instalação e funcionamento, estando sujeitos a fiscalização.

Verifica-se que o número de estruturas de educação para a infância (creches e jardins de infância) tem vindo a aumentar. No nosso país em 1996 a taxa de cobertura formal para crianças dos quatro aos trinta e seis meses de idade era de 12,65% (Vasconcelos, Orey, Homem & Cabral, 2002). Em 2009 passou a ser 32,6% e em 2010 de 33%. Entre 1998 e 2009 o número de creches aumentou 53,4%. E em 2009 a taxa de utilizadores deste serviço atingiu os 90,4% (Ministério do trabalho e segurança social, 2009).

De acordo com a bibliografia existente, podemos verificar que a legislação que regulamenta as creches em Portugal é bastante limitada:

Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar Nº 4/97 de 10 de Fevereiro de 1997, exclui a educação para a primeira infância reconhecendo a educação pré-escolar como *“a primeira etapa da educação básica no processo de educação o longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário”* (Art.º 2).

Despacho normativo 99/89

O Despacho Normativo 99/89 de 27 de Outubro, contempla as “Normas Regulamentadoras da Instalação e Funcionamento das Creches com Fins Lucrativos”, definindo objetivos para creche, os quais:

- 1) Proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças, num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento do seu meio familiar através de um atendimento individualizado;
- 2) Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;
- 3) Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado.

Guião Técnico

Em 1996 é editado pela Direção Geral de Ação Social o guião técnico que pretende valorizar o papel da creche enquanto resposta social, desenvolvida em equipamento onde a criança deve ser acolhida, amada e respeitada na sua originalidade e ajudada a crescer harmoniosamente. O guião orienta os educadores relativamente aos objetivos gerais da creche, condições gerais de implementação, localização e instalação, espaços, características dos materiais, condições ambientais, mobiliário e equipamentos pedagógicos, recomendações técnicas e funcionamento (Rocha, Couceiro & Madeira, 1996).

Manual de processos-chave creche

Em 2003 foi elaborado pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social o “ Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas sociais”. O Modelo da Avaliação da Qualidade é um referencial normativo que se baseia nos princípios da gestão de qualidade onde são estabelecidos os requisitos necessários à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade dos serviços prestados pelas respostas sociais (Ministério do Trabalho e da Segurança Social et al., 2003, p.5).

O modelo tem como objetivos: incentivar a melhoria dos serviços prestados, ser um instrumento de auto-avaliação das Respostas Sociais, permitir rever de uma forma sistemática o desempenho da organização, melhoria dos resultados, apoiar no desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade nas Respostas Sociais, permitir uma melhoria significativa da organização e funcionamento, ser constituído como um referencial normativo num Sistema de Qualificação das Respostas Sociais (Ministério do Trabalho e da Segurança Social et al., 2003, p.6).

Para o desenvolvimento deste modelo foram identificados 7 processos-chave, independentemente da sua natureza e dimensão:

- 1) **Candidatura** - estabelece regras para as atividades de atendimento, avaliação da admissibilidade, hierarquização e aprovação dos indivíduos integrados na lista dos candidatos a creche;
- 2) **Admissão e acolhimento** - estabelece regras orientadoras para a integração da criança, nas componentes de contratualização dos serviços e acolhimento dos clientes;
- 3) **Plano individual** - estabelece regras na elaboração, implementação, avaliação e revisão das necessidades das crianças e respetivas expectativas da família;
- 4) **Receção e entrega diária da criança**- estabelece regras gerais para receção e entrega diária da criança;
- 5) **Planeamento e acompanhamento das atividades** - estabelece regras para a elaboração, validação, implementação e revisão do projeto pedagógico e estabelecimento do plano de atividades de sala adequadas ao conjunto de crianças subjacentes a intenções educativas, promotoras do desenvolvimento global de cada criança do grupo;

- 6) **Cuidados Pessoais** - estabelece regras para os cuidados de higiene, em situação de doença ou acidente, apoio na alimentação e nos momentos de descanso das crianças;
- 7) **Nutrição e alimentação** - estabelece regras orientadoras para a distribuição e apoio das refeições de acordo com as necessidades de cada criança, garantindo uma alimentação equilibrada.

Na perspetiva de Pimentel (2010), e no caso particular de creche é pertinente os procedimentos da certificação da qualidade das respostas sociais, contudo o processo é demasiado minucioso devido aos registos de documentos que dificilmente poderão ser cumpridos. Há ainda outros aspetos relacionados com a dimensão de qualidade do processo como a interação entre adultos, crianças, pares e atividades que superficialmente são objeto de avaliação.

Recomendação n.º 3/2011

Em 2011 o Conselho de Educação Nacional publicou a Recomendação nº3/2011 – a educação das crianças dos zero aos três anos de idade, cuja relatora, foi a conselheira Teresa Vasconcelos, as recomendações centram-se especialmente nos contextos e serviços que prestam cuidados sociais e educativos às crianças zero aos três anos de idade, atribuindo responsabilidade social alargada que deve coincidir com diferentes ministérios, articulando serviços sociais, educativos e de saúde, envolvendo o governo, autarquias e redes locais. Conforme podemos verificar nas 11 recomendações:

1.ª Conceber a educação dos zero aos três anos de idade como um direito e não apenas como uma necessidade social

É de salientar que se tornou evidente o valor intrínseco da resposta creche como estrutura de educação das crianças dos zero aos três anos de idade, independentemente de as famílias trabalharem ou não. Existem evidências que demonstram que a experiência de vida em grupo pode ser fundamental para as crianças de um ano e meio aos três anos de idade.

2.ª Assumir que a responsabilização primeira pertence às famílias

A voz das famílias deve ser ouvida quando se enunciam políticas para estas idades. A educação dos zero aos três anos de idade não pode, pois, ser obrigatória, mas deve ser universal, de modo a que as famílias disponham de serviços de alta qualidade a quem entregar os seus filhos, serviços esses que devem estar geograficamente próximos da respetiva residência ou local de trabalho.

3.ª Reconfigurar o papel do estado

A integração da faixa etária dos zero aos três anos de idade na lei de bases do sistema educativo. Estabelecendo que a educação começa aos zero anos e que o ministério de educação deve assumir progressivamente uma responsabilização pela tutela da faixa etária dos zero aos três anos de idade; Articulação das tutelas, enquanto não houver uma decisão sobre se a tutela dos serviços para os zero aos três anos de idade deve passar para o Ministério de Educação, consideramos que os dois Ministérios devem trabalhar em estreita coordenação no acompanhamento e expansão da rede de creches e amas co-configurando a melhor estratégia, numa tutela conjunta; Revisão da lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (passando a chamar-se Lei-Quadro para a Educação dos zero aos três anos de idade) de modo a abranger a educação dos zero aos três anos de idade, garantindo princípios de equidade social, acessibilidade, oferta universal (progressiva) e, sem dúvida, a necessidade da intervenção precoce; Monotorização por parte do estado das estruturas financiadas e co-financiadas por dinheiros públicos; Transposição da questão da parentalidade para a contratação coletiva de trabalho, garantindo os direitos das famílias trabalhadoras e o direito dos pais (homens) acompanharem de modo mais sistemático a educação dos seus filhos, num quadro de educação/formação ao longo da vida, articulando educação, saúde e segurança social, trabalho e formação, qualidade de vida, cultura e lazer.

4.ª Atribuir um novo papel as Autarquias e à Sociedade Civil

As autarquias devem ser capacitadas financeiramente para poderem exercer um planeamento da rede de Educação e cuidados às crianças dos zero aos três anos que seja eficaz. Compete também às Autarquias a implementação de políticas integradas para a primeira infância (dos zero aos três anos de idade), articulando

localmente, numa dinâmica de agência relacional, a área social com a educativa, mas também a saúde, habitação, equipamentos sociais, transportes, etc.

5.^a Diversificar tipos de serviços

Sem dúvida que na proposta creche deve permanecer a instituição de referência para o atendimento às crianças dos zero aos três anos de idade. Estas creches podem e devem aparecer agrupadas aos jardins de infância, de modo a permitir a interação das crianças dos diferentes níveis etários, ou até a estruturas de atendimento aos idosos que poderão participar e exercer tarefas de voluntariado aos mais pequenos.

6.^a Investir na qualidade dos serviços e elaborar linhas pedagógicas

As recomendações prevêem o reforço da qualidade dos serviços. É urgente que o Ministério de Educação (em concertação como MTSS) se responsabilize pela elaboração de um documento sobre Linhas Pedagógicas Orientadoras para o Trabalho dos zero aos três anos de idade (...). A qualidade dos contextos dos zero aos três anos de idade está relacionada com a qualidade das relações que estabelecem entre o bebé e o educador, entre este e a família e entre os profissionais que trabalham com a criança e a sua família. É de salientar, pois, que se devem manter os ratios adulto-criança tal como têm vindo a ser praticados, garantindo, intimidade e segurança e relações responsivas e potenciadoras do desenvolvimento, propondo-se que passe a existir uma Educadora no berçário. Assim, deve-se velar pela qualidade das condições de trabalho dos profissionais e seus auxiliares, garantindo tempo de repouso, de preparação de atividades e de avaliação do desenvolvimento das crianças. Cada estrutura de creche deve ter um projeto educativo, apresentando a creche como núcleo agregador de recursos locais, promovendo práticas de qualidade, que numa perspetiva sócio construtiva, atuem na “zona de desenvolvimento próximo” (Vygotsky) da criança, proporcionando experiências de aprendizagem relevantes, estimulando mas não “excitando” tomando a criança como uma pesquisadora e exploradora natural. É importante não esquecer que, face à possibilidade de horários extensos e prolongados, se deve cuidar da qualidade pedagógica desses mesmos tempos.

7.ª Elevar o nível de qualificação dos profissionais e das condições

(...) Há que tomar medidas claras de profissionalização do pessoal educativo que trabalha com esta faixa etária, fixando os educadores aos seus locais de trabalho em creche. Uma das medidas fundamentais passa pelo reconhecimento do seu trabalho como docência, já que eles têm que responder pela qualidade educativa das rotinas básicas. Portanto, o tempo de serviço destes profissionais deve ser contado como "serviço docente", com os respetivos direitos, deveres e regalias. De insistir na orientação para a colocação de educadoras no berçário (...).

8.ª Apostar na formação inicial e continua dos professores

Exatamente porque se trata de educar os mais vulneráveis a qualidade da formação deve ser melhorada. Sublinha-se a importância da formação continua especializada ou mesmo pós-graduada dos profissionais que exercem o seu trabalho e funções nas creches.

9.ª Intervir para prevenir

A intervenção atempada em possíveis situações de "risco" no efetivo e normal desenvolvimento das crianças é decisiva. A formação dos professores para a prevenção primária é fundamental, pelo que deve conter princípios éticos de modo a evitar rotular crianças ou intervir abusivamente na privacidade das famílias.

10.ª Fomentar o desenvolvimento da investigação

O Estado deve fomentar a investigação e basear a sua tomada de decisão nos resultados evidenciados.

11.ª Alargar o "Direito à palavra" aos mais pequenos

Reconhecendo a sua enorme competência para explorar, para descobrir, para comunicar, para criar, para construir significados, é fundamental escutar as crianças destas idades, nas suas modalidades diversificadas de expressão.

Portaria n.º 262/2011

A presente portaria n.º 262/2011 de 31 de Agosto“ estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento da creche”, passando também a fazer algumas alterações à legislação anterior, quer com a revogação de algumas matérias, quer com a introdução/clarificação de novos conceitos (Despacho Normativo 99/89 de 27 de Outubro).

Esta portaria veio estabelecer diretrizes para uma prática de qualidade ao nível do atendimento de crianças dos zero aos três anos de idade, assim como redefinir os objetivos para a creche e permitir, em condições de segurança, o aumento do número de crianças por sala de forma a garantir a sustentabilidade das instituições.

Vejamos então os seguintes artigos:

Artigo 5.º - Atividades e serviços

- a) Cuidados adequados à satisfação das necessidades crianças;
- b) Nutrição e alimentação adequada, qualitativamente, à idade da criança, sem prejuízo de dietas especiais em caso de prescrições médica;
- c) Cuidados de higiene pessoal;
- d) Atendimento individualizado, de acordo com as capacidades e competências das crianças;
- e) Atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, em função da idade e necessidades específicas das crianças;
- f) Disponibilização de informação, à família, sobre o funcionamento da creche e desenvolvimento da criança.

Artigo 6.º- Projeto pedagógico

1. Para a prossecução dos objetivos referidos no art.º 4, é elaborado e executado um projeto pedagógico que constitui o instrumento de planeamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela creche de acordo com as características das crianças.

1- Do projeto pedagógico fazem parte:

- a) O plano de atividades sociopedagógicas que contempla as ações educativas promotoras do desenvolvimento global das crianças, nomeadamente motor, cognitivo, pessoal, emocional e social;
- b) O plano de informação que integra um conjunto de ações de sensibilização das famílias na área da parentalidade.

3 - O projeto pedagógico, dirigido a cada grupo de crianças, é elaborado pela equipa técnica com a participação das famílias e, sempre que se justifique, em colaboração com os serviços da comunidade, devendo ser avaliado semestralmente e revisto quando necessário.

Artigo 7.º- Capacidade e organização da Creche:

2- O número de crianças por grupo é:

- a) Berçário – 10 crianças
- b) Sala dos 12/24 meses – 14 crianças
- c) Sala dos 24/36 meses – 18 crianças

Artigo 10.º- Pessoal:

A intervenção é assegurada por uma equipa técnica dimensionada em função da capacidade da creche e dos grupos de crianças. A creche pode contar com a colaboração de voluntários, devidamente enquadrados, não podendo estes ser considerados para efeitos do disposto nos números anteriores.

Artigo 12.º- Regulamento interno

O regulamento interno define as regras e os princípios específicos do funcionamento da creche de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 13.º - Processo de admissão

A admissão das crianças é da responsabilidade da direção da instituição, mediante o parecer da direção técnica, em colaboração com os pais ou com quem tenha o exercício das responsabilidades parentais.

Artigo 14.º - Contrato e prestação de serviços

A admissão das crianças depende da celebração de um contrato de prestação de serviços assinado pelas partes do qual constem os documentos informativos.

Artigo 15.º - Processo individual

A creche deve organizar o processo individual de cada criança com todos os documentos. O processo individual é de acesso restrito, deve ser atualizado e estar em conformidade com a legislação.

Portaria n.º 411//2012

Recentemente foi publicada a Portaria n.º 411/2012, a qual surgiu pela necessidade de ajustar as diretrizes da Portaria anterior relativamente ao que deve constar no processo individual de cada criança. Conforme podemos verificar no 15.º artigo:

Artigo 15.º - Processo individual

I).Declaração médica em caso de patologia que determine a necessidade de cuidados especiais;

J).Comprovativo da situação das vacinas.

Para além do artigo 15.º, o artigo 20.º e os anexos 1 e 4 foram também reformulados, no que diz respeito à organização e utilização do espaço.

É de salientar que ao longo destes documentos são referidos assuntos relacionados com a prestação de cuidados e aspetos de desenvolvimento infantil, não se evidenciando referências à dimensão educativa e pedagógica.

Nos últimos anos é notável uma evolução significativa na educação de infância, contudo segundo Cardona (2006, p.137) e Vasconcelos (2009, p. 20) existem ainda algumas lacunas, a primeira infância encontra-se esquecida. De acordo com os mesmos autores *existe “(...) grande carência relativamente à cobertura institucional das crianças com menos de três anos de idade(...)”* e salientam “ *a necessidade de uma atenção específica e educativa aos serviços para o grupo etário dos zero aos três anos de idade (...)*”.

1.3 - Qualidade em Creche

Na sociedade contemporânea, as alterações na estrutura familiar ao longo dos tempos, o papel da mulher no mercado de trabalho levou ao aumento da procura de contextos educativos destinados a crianças dos zero aos três anos de idade. Por outro lado, o reconhecimento da importância das experiências educacionais nos primeiros anos de vida (Bairrão & Tietze, 1995; Barros, 2007; Ministério da Educação, 2000; ShonKoff & Philips, 2000) poderá ter contribuído para o aumento da taxa de cobertura da rede nacional de creches. Contudo verifica-se que a taxa de cobertura é ainda insuficiente 30,2% (CNE, 2011).

A investigação indica que as crianças parecem beneficiar da frequência da creche quando os serviços são de elevada qualidade e quando existe uma relação estreita família-escola (Barnett,1995; Brooks Gunn et al., 1994; Burchinal et al., 1997; Lamb, 1997; Leventhal et al., 2000; NICH ECCRN, 1996; 1998; 2000a; 2000b; 2004; 2005; 2005; 2007; Ramey & Ramey, 1998). Com efeito, os estudos sugerem que as crianças que frequentam o jardim-de-infância apresentam maiores conquistas em termos cognitivos, de autonomia, de socialização, de expressões artísticas, de linguagem, de iniciação à escrita/ leitura (revisão em Belsky et al., 2007; NICHD ECCRN 2004-2005). Contudo, a investigação realizada pela equipa da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Aguiar, Bairrão & Barros, 2002) na zona metropolitana do Porto revela que 83% das salas de creche apresentam uma qualidade inadequada e 17% revelam uma boa qualidade não sendo encontradas salas com excelente qualidade.

Neste contexto a literatura estabelece como indicadores de qualidade: o baixo rácio adulto-criança, boas infra-estruturas, um currículo integrador de todos os domínios do desenvolvimento, respostas individualizadas respeitante da diferença da criança, respostas organizadas em parceria com a comunidade, ligação entre a escola e os restantes serviços ligados à infância e com a família (nuclear e alargada), profissionais empenhados e qualificados (e.g., Aguiar, Bairrão, & Barros, 2002; Bairrão, 1998; 1999; Burchinal et al., 2002; Early et al.,2007; NICHD ECCRN., 2005; Leventhal et al., 2000; Mckey, et al., 1985; Vasconcelos, 2008; Peisner-Feinberg et al., 2001; Portugal; 1998; Yoshikawa, 1994; Zigler, 1997).

Diz-nos Oliveira-Formosinho (1998, p.8) que *“a forma como educamos as nossas crianças e as oportunidades que lhes criamos são decisivas para a vida atual da criança e para a vida futura do cidadão que vai emergindo, portanto, para a construção da sociedade de amanhã”*. De acordo com os estudos de Formosinho

(1996) e Oliveira-Formosinho (2004-2008) um serviço educacional de qualidade tem efeitos positivos e diretos no presente e no futuro das crianças. Refere ainda, o mesmo autor, que a prestação de um mau serviço educacional dá origem à perda de possibilidades. E que, um bom investimento em programas educacionais de qualidade é benéfico a vários níveis: educativos, económicos e sociais que se refletirá no futuro ao nível da escolaridade futura, inserção profissional, social e interpessoal.

Júlia Formosinho (2004) salienta a importância da criança no processo educativo bem como os interlocutores inerentes a todo este processo, a participação da criança contribui para a construção da sua identidade, autodeterminação e autonomia. As condições em que ocorrem as aprendizagens na primeira infância têm impacto duradouro na vida da criança, a vários níveis: social, emocional, linguístico e cognitivo (Oliveira-Formosinho, 2011).

A interação educador-criança é decisiva na aquisição de competências no pré-escolar resultando num desenvolvimento, na expressão/comunicação, auto-regulação do comportamento entre os pares (e.g. Bairrão, 2001; Hamre & Pianta, 2001; Howes & Hamilton, 1993; Howes & Hamilton & Matheson, 1994; Pianta 1994; Pianta & Nimetz 1997). Esta relação proporciona à criança segurança afetiva e uma maior proteção em situação de risco familiar (e. g., Bernard, 1997; Masten, 1994; Pianta et al; 1995; Rutter, 1993).

De acordo com Fuertes (2010) o tempo diário de permanência na creche é um indicador de qualidade, até sete horas se for de muito boa qualidade, contribui para o desenvolvimento da criança, a sétima e nona hora não traz qualquer benefício para a criança mesmo quando a creche é de elevada qualidade. As crianças podem sentir-se sob estimuladas devido à sua permanência prolongada na creche.

O estudo realizado por Assis (2012) indica que os pais estão atentos e interessados sobre as questões relacionadas com a educação dos seus filhos até aos três anos de idade e ao funcionamento da creche que frequentam. Preocupam-se com questões pertinentes tais como: A creche como espaço de desenvolvimento, o rácio adulto-criança na sala, a valorização profissional dos educadores e o desejo de uma parceria escola-família.

Para concluir, na perspetiva de Katz (1995, cit in Portugal, 1998) *“a qualidade dos contextos educativos para a infância pode ser avaliada segundo diferentes perspetivas (...) ratio adulto-criança; - qualificações e estabilidade dos técnicos; - qualidade e quantidade do espaço por criança; - qualidade e quantidade do equipamento e materiais; - condições de segurança, saúde e higiene; - características das interações adulto-criança. O ambiente físico é apenas uma parte de tudo aquilo*

que em conjunto faz a qualidade de um contexto...se a organização estrutural do ambiente da creche é importante, o educador tem ainda um papel vital na prossecução do objetivo “qualidade” através da qualidade de relações que estabelece e do desenvolvimento de um determinado programa ou princípios educativos” (Portugal,1998, p.27).

1.4 A relação escola Família

A família é um contexto de socialização extremamente importante, pois é aí que ocorrem as experiências mais precoces da criança, assim como a maior parte das interações sociais, nos primeiros anos de vida. Atualmente, educadores e famílias têm um papel ativo na educação das crianças. “ *Esse papel e as regras que o regem, precisam de ser negociadas, discutidas e construídas por todos os intervenientes*” (Sarmiento & Marques, 2002, p. 47).

Tendo presente que a criança se desenvolve e interage nos vários contextos onde está inserida, é importante salientar a perspetiva de Bronfenbrenner (1979) que concebe o desenvolvimento num ambiente ecológico como conjunto de estruturas interligadas. Segundo o autor a abordagem ecológica do desenvolvimento humano é uma hierarquia de sistemas com quatro níveis que permite localizar no espaço e no tempo os vários cenários de socialização da criança desde os níveis próximos onde se insere, tais como: a família, a creche e a comunidade (microsistema e o mesossistema) até aos mais distantes (exossistema, macrosistema).

O Microsistema é definido como um padrão de atividades, papéis, e experiências vividas pela pessoa em desenvolvimento nos cenários que lhe são diretamente acessíveis, como, no caso da criança, a família, a creche o bairro.

O Mesossistema é definido como a relação entre dois cenários ou mais cenários do microsistema, como por exemplo: numa criança de 2 anos pode incluir a relação entre os pais e a creche, são os cenários educativos que vão evidentemente afetar indiretamente o comportamento das crianças.

O Exossistema é constituído por contextos mais vastos, em que a criança não participa diretamente, como o local de trabalho dos pais, a comunidade social da família e os programas que impliquem mudanças sociais, que vão influenciar o microsistema.

O Macrosistema integra os três sistemas anteriores e é constituído pelas crenças, valores ideologias de uma dada sociedade numa determinada época. Inclui

não só os aspetos legislativos e políticos, mas também as representações que os diferentes agentes de socialização têm sobre a criança e o seu processo educativo.

Sendo assim, segundo Bairrão (2005, p. 5) “ (...) *o desenvolvimento da criança é visto como um produto de interações dinâmicas e contínuas da criança com a experiência que lhe é fornecida pela família e pelo contexto social mais vasto em que se insere.*”

Neste sentido, uma instituição que procure fomentar a participação dos pais no processo educativo poderá apresentar-se como bastante pertinente, uma vez que estes dois contextos sociais contribuem para a educação da mesma criança, tal como refere Silva & Cardoso “*Visando a qualidade do ensino e acreditando que o sucesso educativo de todos só é possível com a colaboração de todos, parece-nos fundamental a colaboração Escola-Família*” (2005, p. 359).

Assim, é imprescindível a necessidade de serem criadas condições organizacionais, de forma a possibilitar a participação e colaboração da família-creche, pois “*o desenvolvimento de relações positivas, respeitosas e cooperantes entre educadores e pais que têm ambientes culturais diferentes requer, por parte dos educadores, um grande profissionalismo baseado num misto de experiências, formação, educação e valores pessoais*” (Ministério da Educação, 1998, p.26).

Segundo Homem (2002, p. 17), a ligação escola – família “*beneficia a criança, garantindo-lhe um desenvolvimento e um percurso de aprendizagem mais integrados, facilita a emergência de uma pedagogia interativa, proporciona ocasiões de aprendizagem à comunidade, é um fator de sucesso dos alunos e de eficácia das escolas.*”

Citando Marques (1993, p.108), “*os estudos sobre práticas de envolvimento dos pais nas escolas mostram que os pais beneficiam no seu papel de educadores. Os alunos também beneficiam porque aprendem mais e revelam maior motivação para o estudo. Os professores beneficiam porque ficam a compreender melhor as necessidades e as características das famílias, podendo mais facilmente adaptar o currículo aos vários tipos de alunos e introduzir componentes curriculares que aproximem a escola das culturas comunitárias*”.

Fuertes (2010), desenvolveu um estudo exploratório com o objetivo de saber como escolhem os pais a creche ou o jardim-de-infância para os seus filhos e qual o seu grau de conhecimento sobre modelo educativo usado por essa escola.

Verificou-se que os pais apresentam dúvidas e preocupações relativamente à entrada do seu filho (a) na creche/jardim- de- infância, nomeadamente:

- Quais são as escolas/currículos que melhor promovem o bem-estar e o desenvolvimento infantil?
- Com que idade deverá o meu filho começar a frequentar a creche e /ou jardim-de-infância?
- Qual o tempo máximo de horas diárias que o meu filho deve ficar na creche/escola?
- Como posso participar na escola (sem invadir o espaço e autonomia da educadora)?
- Qual a importância da relação estabelecida entre o meu filho e o educador (a)?

Na mesma revisão de literatura da autora (Center for comprehensive School Reform and improvement, 2005; 2006; 2008; Clarke-Stewart, 1989, 1992; Epstein & Salinas, 2004; Grolnick et al., 1997; Grolnick & Slobin, 1994; Stevenson & Baker, 1997), esta indica as diversas formas de os pais participarem na escola:

- Estando informados sobre progresso, integração e bem-estar dos seus filhos;
- Estando atentos às iniciativas da escola;
- Conversando com o educador sobre as suas preocupações;
- Não entrando e saindo a correr todos os dias;
- Ouvindo o seu filho e sabendo o que ele espera de si.

A participação dos pais na escola é um fator importante no desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança a curto e longo prazo (Henderson & Mapp, 2002; Reynolds, 1994). O bom relacionamento entre educadores e pais favorece a integração da criança na escola, aumenta a auto-estima e a satisfação das crianças (e.g; Sanders, Epstein & Connors-Trados, 1999; van Voorhis & Steven, 2004).

Um contexto de qualidade e tal como referia João Formosinho deve praticar: *“uma pedagogia centrada numa praxis de participação [que] procura responder à complexidade da sociedade e das comunidades, do conhecimento, das crianças e suas famílias, com um processo interativo de diálogo e confronto entre crenças e saberes, entre saberes e práticas, entre práticas e crenças, e entre estes polos em interação e os contextos envolventes”* (2007, p. 17).

O bem-estar da criança depende de adultos calorosos que respondem positivamente às necessidades da criança. A interação dos pais com os profissionais é outro aspeto fundamental para que exista uma boa relação e que partilhem informações com vista o bem-estar da criança. Uma criança só sente confiança nos adultos quando perceber que também a mãe e o pai o demonstram em relação aos

mesmos. “ *A relação com cada família, resultante de pais e adultos da instituição serem co educadores da mesma criança, centra-se em cada criança, passando pela troca de informações sobre o que lhe diz respeito, como está na instituição, qual o seu progresso, os trabalhos que realiza...*”(Ministério da educação, 1997, p.43).

Salientamos, por último, a importância dos pais compreenderem que a escola não substitui a família: são preciosos períodos diários de interação dentro da família em detrimento de outras atividades passivas, formatadas e não sociáveis (e.g., ver televisão) (Bloom,1991; Bornstein & Bruner, 1989; Feurestein, Klein, & Tannenbaum, 1991; Tomasello & Farr, 1986; Wertsch, 1985; Wood & Middleton,1975). Em Portugal, o INE (2006) revela que apenas 6% dos pais afirmam terem tempo para este envolvimento diário com os filhos.



PARTE II

ESTUDO EMPÍRICO

Cap . 2 – Estudo Empírico

2.1 – Metodologia

Quando nos debruçámos sobre a literatura nacional, verificamos que a creche emerge como um tópico consistente de pesquisa, particularmente, nos últimos 12 anos. Contudo, este campo de pesquisa ainda é jovem quando comparado, por exemplo, com os estudos em jardim-de-infância. Adicionalmente, verificamos que nos estudos em creche, embora a família seja estudada (e.g., Aguiar, Bairrão, & Barros, 2002; Bairrão, 1998; Portugal, 1998) é pouco ouvida (Assis, 2012; Assis & Fuertes, 2013). Sendo a família o primeiro contexto de vida da criança desafiamo-nos a ouvir a família. Não obstante, as famílias são muito diversas e importará também estudar as suas representações de acordo com essas diferenças.

Tendo como propósito comparar as representações dos pais pela primeira vez relativamente aos pais com dois ou mais filhos sobre a creche desenvolvemos um estudo quantitativo. Para o efeito aplicámos um questionário aferido na investigação de Mónica Assis (2012) (Ver Anexo 2). Os indicadores deste questionário foram aferidos por entrevista e organizados posteriormente num inquérito. Com base nos resultados desse estudo fizemos pequenos ajustes a esse questionário (especialmente pela eliminação dos indicadores com menos peso explicativo dos resultados). Os indicadores aferidos apresentam uma elevada consistência interna variável entre 80% e os 100% e a média das inter-item correlações de 386 ($p > .001$). A coerência interna das respostas por indivíduo para o conjunto destes indicadores segundo o teste ANOVA com Cochran's Test é altamente significativa (Cochran's $Q = 43.145$; $df = 10$; $p > .001$).

2.2- Objetivos de Estudo

No presente estudo procurámos averiguar quais as representações dos pais primíparos e pais múltiparos, acerca dos indicadores de qualidade em creche, particularmente:

- Quais as razões que o levaram a colocar o(a) seu filho(a) na creche?
- Que razões o levaram a escolher creche que o(a) seu filho(a) frequenta?
- Que informações obteve sobre a creche?
- Quais os aspetos que considera que promovem a qualidade em creche?

2.3- Métodos

Um questionário adaptado de Assis (2012) foi aplicado a 100 famílias (Ver Anexo 2). Este instrumento é composto por 19 afirmações e numa escala de 0 a 10 pontos (0=completamente em desacordo e 10=completamente de acordo) os participantes referem o seu nível de concordância com as afirmações. As afirmações tratam vários temas:

Valorização da creche;

Item1. Decidi colocar o (a) meu/minha na creche porque considero que a frequência deste contexto educativo é benéfico para o seu desenvolvimento.

Item 8. Coloquei o/a meu/minha filho (a) na creche por considerar que era o momento ideal.

Item13. Procurei escolher a melhor creche para o(a) meu/minha filho(a) na minha zona de residência ou perto do meu local de trabalho

Item 14. Preferia que o(a) meu/minha filho(a) tivesse permanecido num ambiente familiar ou numa ama.

Valorização de profissionais qualificados;

Item 4.Prefiro deixar o(a) meu/minha filho (a) com profissionais de educação qualificados.

Valorização do espaço físico;

Item 9. A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola aprazível mas não são essenciais.

Item 10. As instalações da creche devem ser atrativas.

Valorização da relação escola/família;

Item 2. Considero importante que a creche queira ouvir e respeite a minha opinião de pai/mãe.

Item15. Sou exigente quanto à qualidade da creche do(a) meu/minha filho (a) e mantenho-me informado.

Item 19. Valorizo uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação.

Valorização do projeto educativo;

Item 6. Valorizo a creche como espaço de brincadeira e diversão.

Item 11. Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais.

Item 16. A creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade.

Item 18. O projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades são fundamentais na qualidade de uma creche.

Valorização do rácio de crianças por sala,

Item 7. Fico descontente com as salas sobrelotas e com poucos profissionais.

Item 12. O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança.

- Valorização de um contexto afetivo;

Item 3. O bem estar do (a) meu / minha filho (a) depende de um ambiente de segurança e afetividade.

Item 5. Se eu pudesse teria ficado em casa a cuidar do (a) meu/minha filho (a).

Para verificar o nível “atenção” dos participantes a responder ao questionário (consistência interna) aplicamos os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, numa forma declarativa e os itens 12 e 17 na forma inversa (**ver Quadro 1**). Ou seja, 2 em 19 itens são *distratores* (designação internacional) – assim o número de fatores em análise é 17. Como as afirmações 12 e 17 são distratores a sua pontuação foi invertida para a realização da análise e classificada por ordem decrescente de acordo com as demais afirmações.

Quadro 1 – Apresentação dos distratores

Afirmação pela positiva	Distratores
Item 1. Decidi colocar o(a) meu/minha filho(a) na creche porque considero que a frequência deste contexto educativo é benéfico para o seu desenvolvimento.	17. As atividades de creche não têm especial efeito no comportamento ou no desenvolvimento das crianças.
Item 7. Fico descontente com as salas sobrelotadas e com poucos profissionais.	Item 12. O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança.

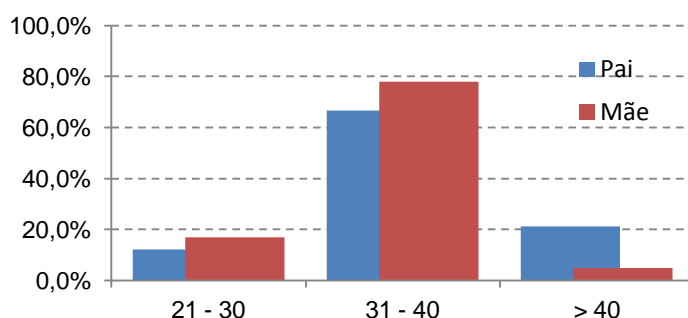
No nosso estudo foi entregue, antecipadamente, um pedido de colaboração aos pais especificando os objetivos de estudo elaborado segundo os procedimentos da APA do livre consentimento (Ver Anexo 1 – Consentimento Informado).

A recolha de dados foi realizada no espaço de creche, por uma investigadora que não era educadora das crianças. A participação dos pais regeu-se pelos princípios e regras do livre consentimento, no qual foi assegurado aos participantes o anonimato e a confidencialidade das suas declarações.

2.4- Caracterização da amostra

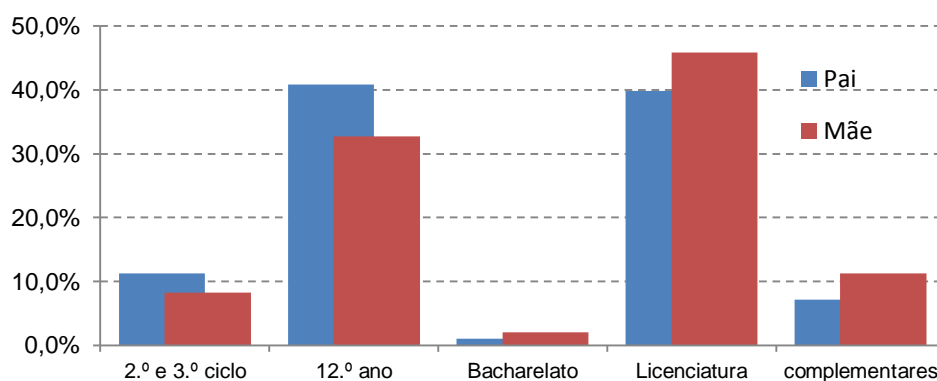
Participaram neste estudo 100 pais, dos quais 50 são pais primíparos e 50 múltiparos. O questionário foi respondido maioritariamente por mães 78%, 13% por pais (género masculino) e 9% por ambos. Cerca de 40,0% das famílias têm os filhos em creches privadas e 50% em IPSS. No que se refere à idade das famílias, 67 % dos pais e 78% das mães encontra-se no escalão etário dos 31-40 anos como podemos verificar no gráfico 1.

Gráfico 1- Idade dos pais



Relativamente às habilitações literárias, as mães apresentam níveis de escolaridade superior à dos pais (género masculino). Quase metade da amostra das mães (46%) é licenciada, enquanto os pais a habilitação predominante é o 12º ano (41%).

Gráfico 2 – Habilitações literárias dos pais



No que respeita à atividade profissional como podemos observar no quadro 1 a maioria, quer dos pais (género masculino) quer das mães são profissionais na área dos serviços (82% e 70%). Identificámos 4 respostas suprimidas relativamente à profissão das famílias, 3 pais (género masculino) e 1 mãe não referem qual a sua profissão.

Quadro 2 – Profissão dos pais

	Pai		Mãe	
	Freq.	%	Freq.	%
Profissional de Educação	6	6,0	18	18,2
Profissional de Saúde	8	8,0	8	8,1
Profissional na Área dos Serviços	82	82,0	69	69,7
Trabalhador não qualificado	--	--	1	1,0
Desempregado/Sem Profissão	1	1,0	3	3,0
Total	97	97,0	99	100,0

Das 100 crianças, 50 são do género feminino, 14 tem menos de um ano de idade, 44 têm um ano de idade e 42 dois anos de idade.

Gráfico 3 – Género da criança

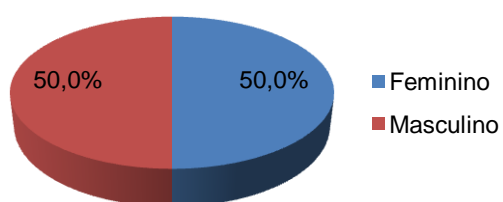
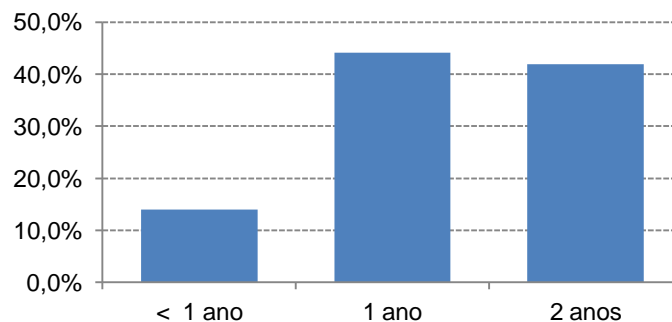


Gráfico 4 – Idade da criança



2.5 – Tratamento de Dados

Para o tratamento dos dados recorreremos a 3 tipos de análises: estatística descritiva (para caracterização da amostra), estatística univariada (para o estudo das diferenças de acordo com fatores sociodemográficos) e correlacional (para a validação do questionário e associação de itens).

Em todas as análises usámos a estatística paramétrica. Para comparar os dois grupos de estudo aplicou-se o teste de comparação de médias (t de Student). As correlações entre variáveis foram analisadas com o coeficiente de correlação de Pearson. A análise estatística dos questionários foi realizada com recurso ao programa SPSS.

2.6 – Apresentação de Resultados

Nos **quadros 3 e 4** apresentamos a descrição das respostas dos pais primíparos e multíparos com os respetivos valores mínimos, máximos, médios e respetivos desvios padrão.

Quadro 3 - Pontuação média obtida por item apresentada por ordem decrescente para os pais primíparos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Item 3. O bem-estar do(a) meu/minha filho(a) na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade.	50	8	10	9,92	0,34
Item 19. Valorizo uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação.	50	8	10	9,78	0,58
Item 2. Considero importante que a creche queira ouvir e respeite a minha opinião pai/mãe.	50	5	10	9,68	0,86
Item12. O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança.	50	7	10	9,62	0,78
Item13. Procurei escolher a melhor creche para o(a) meu/minha filho(a) na minha zona de residência ou perto do meu local de trabalho.	50	6	10	9,58	1,01
Item18. O projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades são fundamentais na qualidade de uma creche.	50	5	10	9,58	0,99
Item 7. Fico descontente com as salas sobrelotadas e com poucos profissionais.	50	0	10	9,54	1,63
Item15. Sou exigente quanto à qualidade da creche do(a) meu/minha filho (a) e mantenho--me informado.	50	5	10	9,54	0,9
Item 16. A creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade.	50	0	10	9,38	2
Item 4. Prefiro deixar o(a) meu/minha filha(a) com profissionais de educação qualificados.	50	5	10	9,12	1,45
Item10. As instalações da creche devem ser atrativas.	50	4	10	8,5	1,71
Item11.Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças necessidades educativas especiais.	50	3	10	8,14	2,02
Item 6. Valorizo a creche como espaço de brincadeira e diversão.	50	0	10	7,8	2,61
Item 5. Se eu pudesse teria ficado em casa a cuidar do (a) meu/minha filha (a).	50	0	10	6,04	3,25

Item 8. Coloquei o/a meu/minha filho(a) por considerar que era o momento ideal para ele.	50	0	10	5,96	3,34
Item 14. Preferia que o(a) meu/minha filho(a) tivesse permanecido num ambiente familiar ou numa ama.	50	0	10	3,1	2,99
Item 17. As atividades de creche não têm especial efeito no comportamento ou no desenvolvimento das crianças.	50	0	10	2,02	3,88
Item 9. A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola aprazível mas não são essenciais.	50	0	10	1,74	3,06

Quadro 4 - Pontuação média obtida por item apresentada por ordem decrescente para os pais múltiparos

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Item 19. Valorizo uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação.	50	8	10	9,74	0,56
Item 12. O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança.	50	8	10	9,72	0,6
Item 2. Considero importante que a creche queira ouvir e respeite a minha opinião pai/mãe.	50	8	10	9,7	0,64
Item 3. O bem-estar do(a) meu/minha filho(a) na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade.	50	8	10	9,7	0,58
Item 16. A creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade.	50	7	10	9,7	0,64
Item 4. Prefiro deixar o(a) meu/minha filho(a) com profissionais de educação qualificados.	50	4	10	9,62	1,02
Item 13. Procurei escolher a melhor creche para o(a) meu/minha filho(a) na minha zona de residência ou perto do meu local de trabalho.	50	5	10	9,52	1,07
Item 15. Sou exigente quanto à qualidade da creche do(a) meu/minha filho (a) e mantenho-me informado.	50	6	10	9,26	1,04

Item 1. Decidi colocar o(a) meu/minha filho(a) na creche porque considero que frequência deste contexto educativo é benéfico para o seu desenvolvimento.	50	4	10	9,02	1,43
Item18. O projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades são fundamentais na qualidade de uma creche.	50	2	10	9,02	1,51
Item 7. Fico descontente com as salas sobrelotadas e com poucos profissionais.	50	0	10	8,9	2,53
Item10. As instalações da creche devem ser atrativas.	50	3	10	8,6	1,66
Item 6. Valorizo a creche como espaço de brincadeira e diversão.	50	3	10	8,46	1,88
Item 11. Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças necessidades educativas especiais.	49	4	10	8,24	1,91
Item 8. Coloquei o/a meu/minha filho(a) por considerar que era o momento ideal para ele.	50	0	10	7,22	2,54
Item 5. Se eu pudesse teria ficado em casa a cuidar do (a) meu/minha filha (a).	50	0	10	5,86	3,11
Item 14. Preferia que o(a) meu/minha filho(a) tivesse permanecido num ambiente familiar ou numa ama.	49	0	58	4,24	8,46
Item 17. As atividades de creche não têm especial efeito no comportamento ou no desenvolvimento das crianças.	50	0	10	3,32	4,57
Item 9. A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola aprazível mas não são essenciais.	50	0	10	1,04	2,06

Verificamos que existem algumas diferenças no que respeita às respostas mais e menos frequentes dos pais primíparos versus pais múltiparos (cf. **quadro 5**).

Quadro 5

Fatores mais valorizados pelos pais primíparos	Fatores mais valorizados pelos pais múltiparos
Item 3. O bem-estar do(a) meu/minha filho(a) na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade.	Item 19. Valorizo uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação.
Item 19. Valorizo uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação.	Item 12. O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança.
Item 2. Considero importante que a creche queira ouvir e respeite a minha opinião pai/mãe.	Item 2. Considero importante que a creche queira ouvir e respeite a minha opinião pai/mãe.
Item 12. O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança.	Item 3. O bem-estar do(a) meu/minha filho(a) na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade.
Item 13. Procurei escolher a melhor creche para o(a) meu/minha filho(a) na minha zona de residência ou perto do meu local de trabalho.	Item 16. A creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade.

Quadro 6

Fatores menos valorizados pelos pais primíparos	Fatores menos valorizados pelos pais múltiparos
Item 9. A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola agradável mas não são	Item 9. A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola agradável mas não são essenciais.
Item 17. As atividades de creche não têm especial efeito no comportamento ou no desenvolvimento das crianças.	Item 17. As atividades de creche não têm especial efeito no comportamento ou no desenvolvimento das crianças.
Item 14. Preferia que o(a) meu/minha filho(a) tivesse permanecido num ambiente familiar ou numa ama.	Item 14. Preferia que o(a) meu/minha filho(a) tivesse permanecido num ambiente familiar ou numa ama.
Item 8. Coloquei o/a meu/minha filho(a) por considerar que era o momento ideal para ele.	Item 5. Se eu pudesse teria ficado em casa a cuidar do (a) meu/minha filha (a).
Item 5. Se eu pudesse teria ficado em casa a cuidar do (a) meu/minha filha (a).	Item 8. Coloquei o/a meu/minha filho(a) por considerar que era o momento ideal para ele.

2.6.1 - Estudo do impacto dos fatores demográficos nas respostas dos pais

Os dados indicam que no nosso estudo o género da criança não influenciou significativamente as respostas dos pais quer no caso dos pais primíparos (cf. **Quadro 7**) e múltiparos (cf. **Quadro 8**).

Quadro 7 – Significâncias das diferenças

	Feminino		Masculino		Sig.
	M	Dp	M	Dp	
Item 1	8,78	1,695	9,30	1,55	,261
Item 2	9,78	,577	9,57	1,12	,393
Item 3	9,96	,192	9,87	0,46	,339
Item 4	9,00	1,441	9,26	1,48	,532
Item 5	6,81	3,223	5,13	3,12	,068
Item 6	7,44	2,819	8,22	2,33	,302
Item 7	9,26	2,123	9,87	0,63	,190
Item 8	6,15	3,060	5,74	3,71	,671
Item 9	2,07	3,269	1,35	2,84	,410
Item 10	8,48	1,649	8,52	1,83	,935
Item11	8,15	2,051	8,13	2,03	,976
Item12	9,63	,742	9,61	0,84	,926
Item 13	9,41	1,217	9,78	0,67	,194
Item 14	3,41	3,003	2,74	3,02	,438
Item 15	9,44	1,121	9,65	0,57	,426
Item 16	9,04	2,667	9,78	0,52	,194
Item 17	,52	1,156	0,26	0,62	,343
Item 18	9,63	,884	9,52	1,12	,706
Item 19	9,78	,577	9,78	0,60	,977

Quadro 8 – Significância das diferenças

	Feminino		Masculino		Sig.
	M	Dp	M	Dp	
Item 1	9,04	1,224	9,00	1,68	,929
Item 2	9,78	,577	9,61	0,72	,362
Item 3	9,74	,526	9,65	0,65	,596
Item 4	9,56	,801	9,70	1,26	,636
Item 5	5,26	3,206	6,57	2,92	,141
Item 6	8,74	1,430	8,13	2,30	,258
Item 7	9,37	1,668	8,35	3,23	,157
Item 8	7,67	2,402	6,70	2,65	,181
Item 9	1,22	2,439	0,83	1,53	,504
Item 10	8,70	1,463	8,48	1,90	,638
Item 11	8,52	1,578	7,91	2,24	,271
Item 12	9,70	,609	9,74	0,62	,840
Item 13	9,48	1,051	9,57	1,12	,787
Item 14	2,59	3,178	6,27	11,97	,131
Item 15	9,44	,892	9,04	1,19	,179
Item 16	9,74	,594	9,65	0,71	,634
Item 17	,85	1,634	0,39	0,72	,217
Item 18	8,81	1,777	9,26	1,14	,305
Item 19	9,70	,609	9,78	0,52	,627

Quando comparamos as opiniões das famílias verificamos que existem diferenças significativas na opinião dos pais e das mães, nas afirmações 8 e 9 (*cf. quadro 9*). Os pais consideram mais do que as mães (8,50 versus 5,49) que era o momento ideal de colocar a criança na creche [$t(41) = 2,061$; $p=0,05$].

As mães tendem a discordar que a qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola aprazível mas não são essenciais [$t(41) = 2,303$; $p=0,026$].

Quadro 9 – Significância das diferenças

	Masculino		Feminino		Sig.
	M	Dp	M	Dp	
Item 1	9,17	,983	9,14	1,57	,962
Item 2	9,67	,816	9,65	0,95	,965
Item 3	9,83	,408	9,92	0,36	,601
Item 4	9,50	,837	9,05	1,53	,492
Item 5	5,83	2,401	6,08	3,25	,860
Item 6	8,17	2,137	7,76	2,69	,725
Item 7	8,17	4,021	9,70	1,00	,394
Item 8	8,50	1,761	5,49	3,49	,046*
Item 9	4,33	3,933	1,32	2,81	,026*
Item 10	8,33	1,966	8,46	1,77	,874
Item 11	7,83	2,639	8,24	1,89	,644
Item 12	9,67	,816	9,65	0,75	,957
Item 13	8,50	1,975	9,76	0,64	,181
Item 14	2,83	3,189	3,27	3,09	,750
Item 15	9,33	,816	9,57	0,99	,585
Item 16	9,50	,837	9,24	2,30	,790
Item 17	,17	,408	0,41	0,98	,564
Item 18	9,17	,753	9,59	1,09	,363
Item 19	9,50	,837	9,78	0,58	,305

* $p \leq 0,05$

No grupo dos pais múltiparos verificamos que existem diferenças significativas nas opiniões do pai e da mãe (ver **quadro 10**). Os pais (género masculino) consideram mais importante que a creche queira ouvir e respeite a minha opinião de pai/mãe, do que as mães [$t(36,000) = 2,736$; $p=0,010$].

Os pais (género masculino) consideram que o número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança, os pais concordam significativamente mais com a afirmação do que as mães [$t(36,000) = 2,928$; $p=0,006$]. Igualmente, estes pais são mais exigente quanto à qualidade da creche do(a) meu/minha filho (a) e mantenho-me informado do que as mães [$t(18,535) = 2,233$; $p=0,038$].

Quadro 10 – Significância das diferenças

	Masculino		Feminino		Sig.
	M	Dp	M	Dp	
Item 1	9,67	0,52	9,05	1,43	,310
Item 2	10,00	0,00	9,70	0,66	,010*
Item 3	9,67	0,52	9,76	0,60	,729
Item 4	9,50	0,84	9,62	1,11	,800
Item 5	4,33	3,50	5,89	3,13	,272
Item 6	9,00	1,26	8,22	2,07	,376
Item 7	9,67	0,82	8,68	2,87	,410
Item 8	9,00	1,26	6,92	2,68	,071
Item 9	1,33	2,80	0,92	1,99	,657
Item 10	8,50	1,52	8,70	1,76	,792
Item 11	8,17	1,94	8,14	2,00	,975
Item 12	10,00	0,00	9,70	0,62	,006*
Item 13	9,83	0,41	9,46	1,19	,455
Item 14	1,33	2,34	3,56	3,38	,076
Item 15	9,83	0,41	9,30	1,05	,038*
Item 16	9,83	0,41	9,73	0,65	,709
Item 17	0,50	0,84	0,65	1,46	,810
Item 18	9,17	0,75	8,97	1,67	,783
Item 19	9,67	0,52	9,76	0,55	,709

* $p \leq 0,05$

Os resultados indicam o tipo de creche (privada ou IPSS) afetou significativamente a respostas dos pais.

Quadro 11 – Significância das diferenças

	Privada		IPSS		Sig.
	M	Dp	M	Dp	
Item 1	9,29	1,38	9,33	1,56	,927
+Item 2	9,57	1,34	9,57	0,75	1,00
Item 3	10,00	0,00	9,90	0,44	,422
Item 4	9,50	1,34	8,86	1,46	,197
Item 5	4,64	2,95	5,95	3,60	,267
Item 6	8,50	2,50	7,10	3,05	,162
Item 7	10,00	0,00	9,52	1,17	,138
Item 8	6,43	3,03	6,33	3,21	,931
Item 9	1,07	1,54	1,81	3,28	,439
Item 10	8,50	1,70	8,43	1,78	,906
Item 11	8,50	1,65	8,57	1,66	,901
Item 12	9,57	0,76	9,62	0,74	,854
Item 13	9,79	0,58	9,48	1,21	,380
Item 14	2,07	2,16	3,52	3,01	,130
Item 15	9,57	0,65	9,38	1,20	,592
Item 16	9,79	0,58	8,76	2,98	,215
Item 17	0,50	0,76	0,52	1,25	,950
Item 18	9,57	0,65	9,86	0,36	,102
Item19	9,86	0,53	9,71	0,64	,497

Os dados do **quadro 12** indicam que os pais que as crianças frequentam as creches privadas preferem colocar os seus filhos na melhor creche perto da zona de residência ou perto do seu local de trabalho, mais do que os pais das crianças que frequentam IPSS [$t(22,143) = 2,351$; $p=0,028$].

Os pais das crianças que frequentam creches privadas não consideram tão importante que a creche queira ouvir e respeite a sua opinião quanto os pais que os filhos frequentam IPSS [$t(22,279) = 2,071$; $p=0,05$].

Quadro 12 – Significância das diferenças

	Privada		IPSS		Sig.
	M	Dp	M	Dp	
Item 1	8,93	1,54	8,71	1,68	,705
Item 2	9,71	0,61	9,67	0,66	,831
Item 3	9,79	0,43	9,67	0,66	,555
Item 4	9,79	0,58	9,33	1,43	,270
Item 5	5,71	3,07	6,00	3,27	,797
Item 6	8,36	2,06	8,10	2,17	,723
Item 7	9,43	1,50	8,57	3,25	,364
Item 8	7,07	2,43	7,48	2,40	,630
Item 9	1,00	2,08	1,19	2,48	,814
Item 10	8,43	1,87	8,43	1,83	1,000
Item 11	8,69	1,93	8,14	1,93	,426
Item 12	9,71	0,61	9,62	0,74	,693
Item 13	9,93	0,27	9,19	1,40	,028*
Item 14	6,29	15,14	3,67	3,60	,449
Item 15	9,36	0,93	9,19	1,17	,657
Item 16	9,86	0,36	9,48	0,87	,133
Item 17	0,14	0,36	1,00	1,84	,050*
Item 18	9,21	1,42	9,24	0,94	,953
Item 19	9,86	0,36	9,57	0,75	,142

* $p \leq 0,05$

2.6.2 - Pais primíparos versus pais múltiparos

Os resultados do nosso estudo indicam que existem diferenças significativas na opinião dos pais primíparos versus pais múltiparos sobre a creche (**ver quadro 13**). Com efeito, os pais primíparos concordam significativamente mais com a afirmação que “o bem-estar do seu filho na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade” [$t(49)=2,196$; $p=0,033$] e também valorizam mais o projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades [$t(49) = 2,393$; $p=0,024$] do que os pais múltiparos. Os pais múltiparos sentiram mais do que os pais primíparos que era o momento ideal de colocar os seus filhos na creche [$t(49) = 2,315$; $p=0,025$].

Quadro 13 – Significância das diferenças

	Primíparos		Multíparos		Sig.
	M	Dp	M	Dp	
Item 1	9,02	1,63	9,02	1,44	1,000
Item 2	9,68	0,87	9,70	0,65	,890
Item 3	9,92	0,34	9,70	0,58	,033*
Item 4	9,12	1,45	9,62	1,03	,073
Item 5	6,04	3,26	5,86	3,12	,778
Item 6	7,80	2,61	8,46	1,89	,135
Item 7	9,54	1,63	8,90	2,53	,160
Item 8	5,96	3,34	7,22	2,54	,025*
Item 9	1,74	3,07	1,04	2,06	,207
Item 10	8,50	1,72	8,60	1,67	,759
Item 11	8,10	2,02	8,24	1,91	,705
Item 12	9,62	0,78	9,72	0,61	,451
Item 13	9,58	1,01	9,52	1,07	,771
Item 14	3,16	3,00	4,24	8,46	,412
Item 15	9,54	0,91	9,26	1,05	,172
Item 16	9,38	2,01	9,70	0,65	,300
Item 17	0,40	0,95	0,64	1,31	,312
Item 18	9,58	0,99	9,02	1,52	,024*
Item 19	9,78	0,58	9,74	0,56	,735

* $p \leq 0,05$

No **quadro 14**, apresenta-se análise dos coeficientes de correlação entre as respostas dos pais primíparos e dos multíparos indica que:

- as respostas dos pais primíparos ao item 2 (*Considero importante que a creche queira ouvir e respeite a minha opinião de pai/mãe*) são positivamente com as respostas dos pais multíparos aos item 12 (*O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem estar e desenvolvimento da criança*)

- as respostas dos pais primíparos ao item 5 (*Se eu pudesse teria ficado a cuidar do (a) meu/minha filho(a)*) são positivamente com as respostas dos pais multíparos aos item 11 (*Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais*);

- as respostas dos pais múltiplos ao item 11 (*Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais*) são positivamente com as respostas dos pais primários aos item 5 (*Se eu pudesse teria ficado em casa a cuidar do (a) meu/minha filho(a)*) e o item 8 (*Coloquei o/a meu/minha filho (a) por considerar que era o momento ideal para ele*);

- as respostas dos pais primários ao item 11 (*Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais*) são positivamente com as respostas dos pais múltiplos aos item 6 (*Valorizo a creche como espaço de brincadeira e diversão*);

- as respostas dos pais primários ao item 15 (*Sou exigente quanto à qualidade da creche do(a) meu/minha filho (a) e mantenho-me informado*) são positivamente com as respostas dos pais múltiplos ao item 10 (*As instalações da creche devem ser atrativas*);

- as respostas dos pais primários ao item 18 (*O projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades são elementos fundamentais na qualidade de uma creche*) são positivamente com as respostas dos pais múltiplos ao item 5 (*Se eu pudesse teria ficado em casa a cuidar do(a) meu/minha filho(a)*);

Quadro14 – Correlações: respostas dos primíparos vs múltiparos

	Múltiparos																		
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19
	-		-	-				-	-							-	-		-
P1	0,02	0,04	0,02	0,12	0,27	-0,17	0,05	0,22	0,03	-0,05	-0,09	0,05	0,03	0,15	0,06	0,21	0,02	0,12	0,04
	-			-			-	-	-								-		-
P2	0,03	0,12	0,09	0,05	0,09	-0,03	0,02	0,09	0,04	-0,06	0,09	,291*	0,14	0,05	0,00	0,01	0,09	0,10	0,01
	-	-	-	-			-								-	-			-
P3	0,16	0,11	0,12	0,09	-0,07	0,09	0,10	0,04	0,06	0,05	,317*	-0,11	-0,11	0,07	0,06	0,11	0,12	0,04	0,11
	-	-	-	-			-	-	-						-	-		-	-
P4	0,11	0,24	0,15	0,19	0,00	0,00	0,12	0,07	0,05	-0,12	-0,13	-0,26	0,00	0,10	0,28	0,20	0,05	0,15	0,11
		-	-	-										-			-	-	-
P5	0,11	0,03	0,08	0,01	0,01	-0,07	0,01	0,09	0,05	0,17	,360*	-0,10	-0,01	0,20	0,09	0,04	0,12	0,18	0,06
			-				-									-			
P6	0,15	0,10	0,05	0,02	-0,14	0,10	0,07	0,09	0,07	0,13	-0,14	0,04	0,02	0,14	0,05	0,07	0,03	0,04	0,03
	-	-	-	-			-	-							-			-	-
P7	0,08	0,11	0,11	0,07	0,03	-0,14	0,12	0,08	0,12	0,02	-0,10	-0,09	0,07	0,09	0,12	0,00	0,03	0,02	0,09
			-	-					-					-	-	-			
P8	0,14	0,02	0,03	0,21	-0,02	0,04	0,11	0,17	0,20	-0,16	,326*	0,06	-0,15	0,06	0,01	0,09	0,09	0,02	0,04
	-								-							-	-		-
P9	0,13	0,09	0,08	0,06	-0,05	0,00	0,14	0,14	0,11	0,08	-0,02	0,00	0,09	0,13	0,10	0,04	0,05	0,05	0,09

	-																		
P10	0,10	0,18	0,22	0,04	0,10	-0,14	0,10	0,21	0,02	0,09	0,26	0,06	0,28	0,21	0,20	0,10	0,02	0,10	0,03
P11	0,08	0,22	0,04	0,07	0,08	-,359*	0,07	0,04	0,05	-0,01	0,11	0,25	0,26	0,03	0,18	0,05	0,15	0,28	0,05
P12	0,08	0,05	0,03	0,08	0,19	-0,06	0,11	0,17	0,12	0,07	0,07	0,12	0,12	0,11	0,15	0,17	0,04	0,11	0,04
P13	0,08	0,07	0,02	0,08	-0,04	-0,06	0,12	0,15	0,12	-0,05	0,13	0,07	0,04	0,10	0,13	0,01	0,04	0,15	0,02
P14	0,04	0,09	0,05	0,03	-0,21	-0,06	0,07	0,14	0,15	,286*	0,15	-0,07	0,07	0,06	0,13	0,04	0,03	0,17	0,03
P15	0,09	0,07	0,07	0,06	0,22	-0,05	0,13	0,11	0,00	0,01	-0,06	-0,05	0,08	0,14	0,07	0,07	0,01	0,08	0,12
P16	0,15	0,08	0,09	0,10	0,13	-0,13	0,10	0,13	0,04	0,00	0,05	-0,11	,389**	0,11	0,16	0,08	0,12	0,04	0,13
P17	0,25	0,13	0,07	0,01	-0,15	0,04	0,03	0,14	0,01	-0,08	0,01	,333*	-0,07	0,12	0,07	0,10	0,06	0,11	0,07
P18	0,12	0,14	0,15	0,10	,284*	-0,02	0,05	0,14	0,07	-0,05	0,15	0,00	-0,10	0,13	0,19	0,17	0,13	0,13	0,16
P19	0,09	0,07	0,10	0,11	0,22	-0,20	0,11	0,23	0,03	-0,16	-0,04	-0,18	-0,08	0,12	0,07	0,04	0,19	0,01	0,05

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Em termos gerais, verificamos que existe baixa consistência nas respostas de pais múltiparos e primíparos.

2.6.3 - Estudo da associação com os fatores demográficos

Da análise das correlações das respostas dos pais primíparos podemos verificar que as variáveis: idade, profissão e anos de escolaridade dos pais e idade da criança se associam às respostas dadas pelos pais primíparos (**ver quadro 15**). Concluímos que existe uma associação significativa entre a idade da mãe e as respostas dadas no item 3: *(O bem-estar do(a) meu/minha filho(a) na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade)* ($r = 0,381$; $p < .05$). Como o coeficiente é positivo significa que, as mães mais velhas valorizam a qualidade contexto de creche. Mormente, o fator idade da criança correlaciona-se positivamente com as respostas dos pais ao item 8 (*“Coloquei o/a meu/minha filho(a) por considerar que era o momento ideal para ele”*) e ao item 9 (*“A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola agradável mas não são essenciais*) e de modo negativo com as respostas dadas no item 1 (*Decidi colocar o(a) meu/minha filho(a) na creche porque considero que frequência deste contexto educativo é benéfico para o seu desenvolvimento*). Por fim, o número de anos de escolaridade da mãe correlaciona-se de forma positiva ($r = 0,302$; $p < .05$) com o item 13 (*Procurei escolher a melhor creche para o(a) meu/minha filho(a) na minha zona de residência ou perto do meu local de trabalho*) e de forma negativa ($r = -0,280$; $p < .05$) com o item 9 (*A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola agradável mas não são essenciais*), e com ($r = -0,294$; $p < .05$) o item 18 (*O projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades são elementos fundamentais na qualidade de uma creche.*)

Os anos de escolaridade do pai correlacionam-se também de forma positiva ($r = 0,319$; $p < .05$) com item 16 (*A creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade*). A idade da mãe correlaciona-se também de forma positiva ($r = 0,292$; $p < .05$) com o item 17 (*Fico descontente com as salas sobrelotadas e com poucos profissionais*).

Quadro 15 – Correlações: Primíparos

	idade do pai	idade da mãe	anos escol. pai	anos escol. . mãe	idade da criança
P1	-,103	-,075	-,342*	-,094	,301*
P2	,155	,027	-,012	-,014	-,163
P3	,099	,381**	,274	,133	-,202
P4	-,162	,114	,135	,220	-,075
P5	,093	,022	,020	-,099	-,102
P6	,039	,227	,108	,226	-,053
P7	,206	,319*	,236	,393**	-,225
P8	,060	-,142	-,015	-,194	,420**
P9	,274	-,039	-,091	-,280*	,383**
P10	,176	,236	-,019	-,074	-,110
P11	-,033	-,045	-,251	-,080	,101
P12	,216	,155	,210	,018	-,125
P13	,000	,183	,192	,302*	-,230
P14	,225	,036	-,036	,063	-,044
P15	,222	,176	,177	,148	-,208
P16	,034	-,038	,292*	,119	-,151
P17	,249	,171	,334*	,060	-,014
P18	,136	,096	-,014	-,294*	-,122
P19	,058	,149	,098	,048	-,200

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

Os resultados apresentados no **quadro 16** indicam que o coeficiente de correlação mais elevado nas respostas dos múltiparos se verifica entre a idade do pai e o item 13 (*Procurei escolher a melhor creche para o(a) meu/minha filha(a) na minha zona de residência ou perto do meu local de trabalho*) ($r = 0,408$; $p < .01$). Como o coeficiente é positivo isso significa que quanto mais elevada é a idade do pai mais se preocupa com esta questão na escolha da creche. A idade do pai correlaciona-se também de forma significativa com o item 7 (*Fico descontente com as salas sobrelotadas e com poucos profissionais*); $r = 0,399$; $p < .01$), item 11 (*Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças com*

necessidades educativas especiais); $r = 0,338$; $p < .05$ item 15 (Sou exigente quanto à qualidade da creche do(a) meu/minha filho (a) e mantenho-me informado); $r = 0,290$; $p < .05$) e o item 16 (A creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade) $r = 0,312$; $p < .05$). Nesta amostra, curiosamente a idade dos pais é único fator demográfico com associações às respostas dos pais. Ainda é mais interessante se comparamos com a amostra anterior onde é exatamente o único fator sem impacto nas respostas dos pais.

Quadro16 - Correlações: Múltiplos

	idade do pai	idade da mãe	Anos escol. pai	anos escol. Mãe	idade da criança
P1	-,023	,009	,012	,080	,094
P2	,260	,195	-,212	-,095	,197
P3	,116	,140	-,099	,152	,104
P4	,229	,205	,004	,086	-,008
P5	,043	-,216	-,222	-,183	,085
P6	,036	,058	,092	-,071	-,196
P7	,399**	,206	-,165	-,181	,166
P8	,079	,072	,141	-,146	,063
P9	,049	-,075	,055	,083	,098
P10	,101	,227	-,132	,020	,075
P11	,338*	,130	-,036	-,095	-,257
P12	,222	,080	-,225	-,107	,063
P13	,408**	,179	,164	,198	-,093
P14	,160	,100	,045	,015	,015
P15	,290*	,200	-,038	-,062	,070
P16	,312*	,264	,109	,159	,128
P17	-,103	-,001	-,021	,042	,113
P18	,111	,008	-,200	-,062	-,014
P19	,239	,188	-,015	,116	,069

* $p < 0,05$

** $p < 0,01$

2.7 – Discussão dos Resultados e Considerações Finais

Esta investigação teve como objetivo estudar as representações dos pais pela primeira vez relativamente aos pais com dois ou mais filhos acerca de indicadores de qualidade em creche. Para o efeito, desenvolvemos um estudo quantitativo no qual aplicámos um questionário adaptado da investigação de Mónica Assis (2012). Participaram no nosso estudo 100 famílias, 50 das quais pais primíparos e 50 pais múltiparos. O questionário aplicado era composto por 19 afirmações que tratavam os seguintes temas: i) valorização da creche; ii) valorização de profissionais qualificados; iii) valorização do espaço físico; iv) valorização da relação escola/família; v) valorização do projeto educativo; vi) valorização do rácio de criança por sala; vii) valorização de um contexto afetivo.

Para compreender as opiniões dos pais foram realizados dois tipos de análise: analisamos as respostas de todos os participantes em conjunto e, posteriormente, exploramos diferenças intra-individuais.

Em termos globais, os resultados indicam que os pais participantes:

- Consideram importante que a creche queira ouvir e respeite a opinião de pai/mãe;
- Acham que o bem-estar do seu filho na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade;
- Consideram o número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança;
- Valorizam uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação.

Os pais parecem não valorizar:

- Ficar em casa a cuidar dos filhos ou ficarem num ambiente familiar;
- Encontrar o momento ideal de colocar os filhos na creche;

Por fim, os pais parecem discordar de que as atividades de creche não têm especial efeito no comportamento ou desenvolvimento do seu filho e que a qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola agradável mas não são essenciais.

Numa segunda fase, o estudo das diferenças indicou que fatores como o género dos pais, número de filhos e tipo de creche influenciou as respostas dos pais primíparos e múltiparos. Com efeito, existem diferenças nas opiniões dos pais e das mães. Os pais consideram que é o momento ideal para colocar a criança na creche. Enquanto as mães discordam que a qualidade das instalações físicas, higiene e de segurança servem apenas para tornar a escola aprazível mas, não são essenciais.

Por outro lado, os pais múltiparos estão mais preocupados que a creche queira ouvir e respeite a sua opinião, que haja um número adequado de crianças por sala e adulto beneficiando o bem-estar e desenvolvimento da criança. Por outro lado, estes pais consideram-se mais exigentes quanto à qualidade da creche dos filhos mantendo-se os pais mais informados do que as mães.

Também a creche frequentada teve impacto na resposta dos pais. Com efeito, os pais cujas crianças frequentam creches privadas preferem colocar os seus filhos na melhor creche perto da zona de residência ou perto do seu local de trabalho. Enquanto, os pais das crianças que frequentam IPSS consideram mais importante que a creche queira ouvir e respeite a sua opinião.

Os pais pela primeira vez têm preocupações distintas dos outros pais. Na verdade, consideram que o bem-estar do seu filho na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade, valorizam mais o projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades. Enquanto os pais múltiparos, sentiram que era o momento ideal para colocar os filhos na creche.

O estudo correlacional das respostas dos pais primíparos, indicou que as variáveis, idade, profissão, ano escolaridade dos pais e idade da criança influenciam as suas respostas. As mães mais velhas tendem a valorizar a segurança e a afetividade enquanto se preocupam com a falta de recursos e de profissionais.

Os pais das crianças mais velhas concordam com as seguintes afirmações: *“Coloquei o meu filho na creche por considerar que era o momento ideal para ele”*; *“A qualidade das instalações físicas, a higiene e a segurança servem apenas para tornar a escola aprazível mas não são essenciais”*, e discordam: *“Decidi colocar o(a) meu/minha filho(a) na creche porque considero que frequência deste contexto educativo é benéfico para o seu desenvolvimento”*

Outro dado interessante, revelou que o número de anos escolaridade das mães esteve correlacionado com a preocupação de escolher um boa escola na zona de residência ou perto do seu local de trabalho. Por outro lado, as mães com mais anos de escolaridade são as que mais consideram que o projeto educativo, o pedagógico e o plano de atividades são elementos fundamentais na qualidade de uma creche. Igualmente, a escolaridade dos pais afetou as suas opiniões. Os pais

com mais anos de escolaridade pontuaram mais alto a afirmação de que *“a creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade”*.

Na correlação das respostas dos pais múltiparos a correlação mais elevada verifica-se entre a idade do pai. Quanto mais elevada é a idade do pai mais este se preocupa com a escolha da creche:

- *“Procurei escolher a melhor creche para o(a) meu/minha filha(a) na minha zona de residência ou perto do meu local de trabalho”*
- *“Fico descontente com as salas sobrelotadas e com poucos profissionais”*
- *“Valorizo a diversidade de crianças na creche e a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais”*
- *“Sou exigente quanto à qualidade da creche do(a) meu/minha filho (a) e mantenho-me informado”*
- *“A creche que idealizo oferece um bom ambiente afetivo, atividades enriquecedoras, materiais diversificados e de qualidade”*

Apesar de realizado numa amostra relativamente pequena, este estudo tem a virtude de levantar várias questões e de contribuir para compreender as preocupações dos pais sobre a creche. Noutros estudos em que os pais pontuam globalmente a qualidade da creche dos seus filhos (Barros, 2007), a satisfação global é elevada (particularmente quando se verificava que qualidade de algumas creches era baixa). Contudo, neste trabalho embora de natureza quantitativa procuramos aferir as principais preocupações e fatores mais valorizados na creche.

No estudo realizado verificamos que tanto os pais primíparos como os pais múltiparos estão atentos à educação dos seus filhos, embora com preocupações diferentes pela sua experiência enquanto pais, pela sua idade, pelo seu nível de escolaridade. No entanto existem aspetos comuns, que todos valorizam:

Que a creche queira ouvir e respeite a opinião de pai/mãe: De acordo com a 2ª Recomendação *“os pais e mães enquanto parceiros competentes na educação dos seus filhos devem, desde o primeiro instante, fazer parte efetiva da dinâmica institucional e estabelecer relações de cumplicidade com os profissionais”*. Os estudos empíricos indicam que a escola devia dar o primeiro passo no sentido de preencher a lacuna existente em termos de comunicação não só entre a escola e a

família, mas também entre estas e a comunidade, mas esta comunicação não deverá fazer-se num sentido único, sendo fundamental que os educadores sintam necessidade de “*ouvirem os pais e partilharem com eles algum poder de decisão*” (Marques, 1993, p.28) .

Uma relação estreita e aberta com os profissionais de educação: A literatura evidencia que em Portugal, a participação dos pais não é juridicamente obrigatória nem é socialmente frequente, a vontade individual da educadora e a sua formação específica nessa área que tem tido alguma influência na promoção dessa colaboração (Formosinho, 1996). “*A investigação indica que é a natureza e a qualidade das interações (entre o bebé e o educador, entre os profissionais da creche e entre os profissionais e as famílias) que distingue os programas de elevada qualidade; (...)*”, (Portugal, 2011, p. 49) Vemos que este princípio é reforçado na 6ª Recomendação pois “*A qualidade dos contexto dos zero aos três anos de idade está relacionada com a qualidade das relações que se estabelecem com o bebé e o educador, entre este e a família e entre os profissionais que trabalham com a criança e a sua família*”.

O bem-estar do meu filho na creche depende de um ambiente de segurança e afetividade: A Recomendação nº3/2011 considera urgente que o Ministério de Educação se responsabilize pela elaboração de um documento com linhas pedagógicas orientadoras do trabalho dos zero aos três anos de idade. Estas linhas pedagógicas “*devem assegurar uma transição suave entre a casa e a creche, incorporar experiências familiares, uma atitude sensível e calorosa por parte dos adultos, garantir o direito a “brincar” e às várias oportunidades de exploração, experimentação, experiências de aprendizagens diversificadas que desafiam e ampliam o mundo da criança, proporcionar estabilidade e segurança emocional, relação social e autonomia (...) na creche*”.

Estudos empíricos dizem-nos que “*O estabelecimento de padrões de interação, no seio de uma ligação afetiva forte e positiva, disponibiliza a criança para abertura ao contexto físico, social e, mais tarde, simbólico, promovendo a exploração, manipulação, elaboração e imaginação. Tais atividades, por sua vez, estimulam o desenvolvimento psicológico da criança*” (Bronfenbrenner, 1979, cit in Vasconcelos 2011).

O número de crianças por sala e por adulto é um fator importante para o bem-estar e desenvolvimento da criança; Tal como prevê a equipa liderada por Thelma Harms (1994, cit. in Barros, 2007), a qual “... aponta alguns aspetos que deverão sempre ser tomados em consideração na avaliação da qualidade dos contextos: (...) como o rácio adulto-criança adequado...”. Contudo a legislação não é coerente nesta matéria, pois contempla o aumento do número de crianças por sala, mas mantém o número de adultos (Portaria 262/2011, artº 7º).

Segundo a 6ª Recomendação que se debruça sobre a qualidade dos serviços e a elaboração de linhas pedagógicas, refere que a qualidade dos contextos de creche está intimamente relacionada com a qualidade das relações que se estabelecem entre a criança e o educador, e entre os profissionais que lidam com a mesma, assim, é imprescindível que se deva “manter os ratios adulto- criança tal como tem vindo a ser praticado, garantindo intimidade e segurança e relações responsivas e potenciadoras do desenvolvimento”.

Tendo presente todas as dimensões de qualidade referidas ao longo deste estudo, consideramos que a qualidade na creche não se constrói por acaso, requer aspetos essenciais como: a qualidade do espaço, a relação entre os profissionais, a ligação às famílias e à comunidade, a responsividade, a competência e a sensibilidade do educador na relação com o grupo de crianças, a intencionalidade pedagógica que este confere às rotinas diárias.

Salientamos que a investigação assume um papel fundamental para a concretização dos objetivos fixados para a qualidade em creche, assim como a necessidade de serem criados instrumentos e ferramentas para que a supervisão pedagógica traga mais-valias ao desempenho profissional do educador, de modo a proporcionar às crianças um contexto educativo de elevada qualidade. Na opinião de Teresa Vasconcelos, “a comunidade científica deverá ter o papel de promover investigação sobre a educação de infância e a sua eficácia no intuito de aprofundar e relacionar a perspectiva de todos os atores ligados à infância”(Vasconcelos, 2011).

Com base no estudo realizado e tendo em conta a temática da relação escola-família, existem alguns aspetos que de futuro seria pertinente analisar melhor as variáveis de qualidade da creche e realizar observações para descrever as práticas da creche. Por outro lado, a nossa investigação não se debruça sobre as representações dos educadores de infância relativamente à sua relação com as famílias. Este apaixonante campo de estudo, ainda poderá trazer muitas oportunidades de estudo.

O estudo, corrobora os dados de Assis (2012) revelando algumas diferenças entre pais e mães, múltiplos e primários, pais com mais anos de escolaridade,

pais com crianças integradas em creche privadas ou IPSS, etc. Este tipo de resultado ajuda a desvendar “os pais” não como um conjunto uníssimo mas como pessoas com experiências, interesses e preocupações distintas. Neste sentido, caberá à creche conhecer e adaptar-se aos diferentes pais.

Enquanto profissional de educação, na minha prática pedagógica dou primazia à relação família-creche tentando estabelecer uma relação de confiança e segurança com as famílias, uma vez que, a entrada da criança para a creche constitui uma grande mudança na estrutura familiar, pois implica a separação do bebê por algumas horas do seu mundo familiar, uma adaptação às rotinas, ao espaço e aos adultos provocando nas famílias sentimentos de insegurança, dúvidas e receios sobre a decisão tomada de colocar o bebê na creche, questionando se o educador saberá cuidar dele da forma que os pais gostariam.

É da responsabilidade do educador quebrar o “gelo” tentar estabelecer uma relação de colaboração com as famílias para que todo este processo decorra de forma tranquila para os pais, criança e educadores. É fundamental que exista uma boa comunicação para fazer a ponte entre a creche e a família, para que possamos responder às suas preocupações e necessidades e desta forma proporcionar à criança uma educação de qualidade, para que se desenvolva num ambiente de afetividade, segurança, e num clima harmonioso, contribuindo para que este cresça num contexto de felicidade uma vez que a creche é a sua primeira experiência fora do ambiente familiar.

Como coordenadora da creche onde exerço funções, a minha prática é assente na relação escola-família, tentando transmitir à equipa que lidero a importância de respeitar, ouvir e criar laços de parceria com as famílias, procurando não criar expectativas sobre as mesmas, incutindo nos profissionais a importância da relação com a família, valorizando a forma de estar, pensar e de agir, uma vez que, cada família é única e com especificidades diferentes. Devemos estar atentos às suas necessidades, tentar perceber as razões dos pais quando a sua opinião não é coincidente com a nossa, perceber o que está a acontecer com aquela família, quais as suas necessidades, tentando ajudar e nunca criticando as ações dos pais.

Referências Bibliográficas

Aguiar, C. (2006). Comportamentos interativos maternos e envolvimento da criança. Dissertação de Doutoramento: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Aguiar, C.; Bairrão, J. e Barros, S. (2002). "Qualidade em Contexto de Creche na Área Metropolitana do Porto." Porto: Centro de Psicologia da Universidade do Porto

Assis, M. & Fuertes, M. (2011). *Porque optam os pais pela creche? Estudo acerca das opções e papéis dos pais em contexto de creche*. Comunicação Encontro do CIED.

Assis, M. (2012). *Representações e conceitos dos pais sobre a qualidade da creche*. Tese de Mestrado: Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Lisboa.

Bairrão, J., Barbosa, M., Borges, I., Cruz, O., & Macedo-Pinto, I. (1990). *Perfil nacional dos cuidados prestados às crianças com idades inferior a seis anos*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Bairrão, J., & Tietze, W. (1995). *A educação pré-escolar na União Europeia*. Lisboa: Instituto de inovação educacional.

Bairrão, J. (1998). O que é a qualidade em educação pré-escolar. Em Departamento de Educação Básica (Ed.), *A qualidade e projecto na educação pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.

Bairrão, J. (2001) *The impact of pre-school and family socialization settings on child's development*. Comunicação apresentada no Congresso Europeo de la Asociación Mundial de Educadores Infantiles. Santiago de Compostela. Espanha

Bairrão & Almeida (2002). *Questões actuais em Intervenção Precoce*. Psicologia, XVII (1), 2003, pp15-29.

Bairrão, J. (2005). Prefácio. In T. Vasconcelos, *Das casas de asilo ao projeto de cidadania: políticas de expansão da educação de infância em Portugal*. Porto: ASA.

Bairrão, J. (coord.) (2005a). *Desenvolvimento: contextos familiares e educativos*. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto: Livpsic.

Barros, S. A. (2007). *Qualidade em contexto de creche: Ideias e práticas*. Tese de Doutoramento: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade do Porto.

Belsky, J., Vandell, D. L., Burchinal, M., Clarke-Stewart, K. A., McCartney, K., & Owen, M. T., (2007). Are There long-term Effects of Early Child Care? *Child Development, 78*, 2, 681-701.

Bloom, L.(1991). *Language development from two to three*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Bornstein, M. H., & Bruner, J. S. (Eds., , 1989). *Interaction in Human Development*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development. Experiments by nature and design*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Burchinal, M. R., Roberts, J. E., Riggins, R., Zeisel, E. N. & Bryant, D., (2002). Relating Quality of Center-Based Child Care to Early Cognitive and Language Development Longitudinally. *Child Development, 71*, 2, 339-357

Cardona, M. J. (2006). *Educação de infância: formação e desenvolvimento profissional*. Chamusca: Edições Cosmos.

Cardona, M. J. (2008). *Contributos para a história dos grupos dos profissionais de educação de infância em Portugal*. Revista interacções, nº9, 4-31.

Carvalho, M. (2005). *Efeitos de Estimulação Multi-Sensorial no Desempenho de Crianças de Creche*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho: Instituto de Estudos da Criança.

Clarke-Stewart, K. A. (1989). Infant day care: maligne dor malignant? *American Psychologist, 44*, 266-273.

Decreto-Lei nº 119/1983. Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Diário da República – I Série – Nº 46 de 25 de Fevereiro de 1983

DGAS. (1996). *Creche. Guiões Técnicos nº4*. Lisboa: DGAS, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação

Delors, J. (coord.) (1999) - *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: UNESCO, MEC, Cortez Editora.

Despacho Normativo nº 99/89. Normas Reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches com fins lucrativos. Diário da República – I Série – Nº 248 de 27 de Outubro de 1989.

Epstein, J. & Salinas, K.(2004). Partnering with Families and Communities. *Educational Leadership*, 61, (8), 12-18.

Feurestein, R., Klein, P.S., & Tannenbaum, A.J. (Eds). (1991). –mediated learning experience (MLE): Theoretical, psychosocial, and learning implications. London: Feund.

Hamre, B.K. & Pianta, R.C. (2001). Early teacher-child relationships and the trajectory of children's school outcomes through eighth grade. *Child Development*, 72, 625-638.

Henderson, A. T., & Mapp, K. L. (2002). *A new wave of evidence: The impact of school, family, and community connections on student achievement*. Austin, TX: Southwest Educational Development Laboratory.

Homem, M. L. (2002), *O Jardim-de-Infância e a Família – As fronteiras da cooperação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional .

Howes, C., & Hamilton, C. E. (1993). Modelos de Atendimento para as crianças mais novas tradução de A. M. Chaves). In B. Spodek (Org.). *Manual de Investigação em Educação de Infância* (pp. 725-760). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Howes, C., Hamilton, C. & Matheson, C.C. (1994). Children's relationships with peers: Differential associations with aspects of the teacher-child relationship. *Child Development*, 65, 253-263.

Formosinho, J. (1994). *Pareceres e recomendações*. In Conselho Nacional de Educação. Lisboa Conselho Nacional de Educação.

Formosinho, J. (1996). *A educação pré-escolar em Portugal*. Perspectivar Educação.

Formosinho, J. (1996). Educação Pré-Escolar na Europa Comunitária. *Revista Educação -a Educação Pré-Escolar*, 1 2.

Fuertes, M. (2010). Se não pergunta como sabe? Dúvidas dos pais sobre a educação de infância. In Estudos Educacionais: Da Investigação à Formação – CIED. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa/Instituto Politécnico de Lisboa

Fuertes, M. (2011). A outra face da investigação: Histórias de vida e práticas de intervenção precoce. *Da Investigação às Práticas*, 1 (1), 89-109.

Instituto da Segurança Social (2005). Manual de processos-chave: Creche. Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Instituto da Segurança Social (2005). Modelo de avaliação da qualidade: Creche. Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Lei nº 5/97.

Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar. Diário da República – Série I-A, Nº 34 de 10 de Fevereiro de 1997.

Lamb, M E. (1997). Nonparental child care: Context, quality, correlates and consequences. In I. E. Sigel & K. A. Renninger (eds), *Handbook of child psychology: Child psychology practice* (vol. 4, 5th edition). NY: Willey.

Levental, T., Brooks-Gunn, J., McCorninck, M.C., & McCarton, M. (2000). Patterns of service use in preschool children: correlates, consequences and the role of early intervention. *Child Development*, 71, 3, 802-819.

Marques, R. (1993). Envolvimento dos pais e sucesso educativo para todos: O que se passa em Portugal e nos Estados Unidos da América. In D. Davies (Org.) (1993), *Os Professores e as Famílias: A colaboração possível*. Lisboa: Livros Horizonte.

Masten, S. (1994). Resilience in individual development: Successful adaptation despite risk and adversity. In: M. C. Wang, E. W. Gordon (Eds.), *Educational resilience in inner-city America: Challenges and prospects* (pp. 3–25). Erlbaum: NJ. Hillsdale.

Ministério da Educação. (2000). A educação pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal. Lisboa: D.E.B., Ministério da Educação, p.40

Ministério do Trabalho e da Segurança Social; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas. (2003). Modelo de Avaliação da Qualidade – Creche

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2009). Carta Social, rede de serviços e equipamentos. Relatório 2009. Disponível em www.cartasocial.pt (Acedido a 7 de agosto de 2013)

National Association for the Education of Young Children (1997). Developmentally appropriate practice in early childhood programs serving children from birth through age 8. Washington: NAEYC.

NAEYC. (2006). “NAEYC Develops 10 Standards of High-Quality Early Childhood Education”. Washington D.C. Disponível em www.naeyc.org. (Acedido a 8 de Agosto de 2013).

Oliveira-Formosinho, J. (org.). (1996). *Modelos curriculares para a educação de infância*. Porto: Porto Editora.

Oliveira-Formosinho, J. (1998). *O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: Um estudo de caso*. Dissertação de doutoramento em Estudos da Criança.: Universidade do Minho

Oliveira-Formosinho, J. (1998). Apresentação. In J. Oliveira-Formosinho (Org.),

Modelos Curriculares para a Educação de Infância. Porto: Porto Editora.

Oliveira-Formosinho, J. (2004). *A participação guiada – coração da pedagogia da infância?* In Revista Portuguesa de Pedagogia. Disponível em www.dgjidc.min-edu.pt (Acedido a 20 de Setembro 2013)

Oliveira-Formosinho, J. & Araújo, S. (2004). O envolvimento da criança na aprendizagem: construindo o direito de participação. *Análise Psicológica*, 1, (XXII), 81-93.

Oliveira-Formosinho, J. (2006). Comunicação na Conferência “Pedagogia, Liderança e Inovação”, 6 e 7 de fevereiro de 2006, Lisboa.

Oliveira-Formosinho, J. (Org.) (2008). *A escola vista pelas crianças*. Coleção Infância. Porto: Porto Editora.

Oliveira-Formosinho, J. & Lino, D. (2008). Os papéis das educadoras: as perspetivas das crianças. In J. Oliveira Formosinho (Ed.) *A escola vista pelas crianças*. Porto: Porto Editora.

Oliveira-Formosinho, J. (2011). Educação das crianças até aos três anos: Algumas lições da investigação. In Conselho Nacional de Educação, Educação das crianças dos 0 aos 3 anos. Atas de Seminário realizado no CNE em 18 de novembro de 2010. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Peisner-Feinberg, E., Burchinal, M., Clifford, R., Culkin, M., Howes, C., Kagan, S. et al., (2001). The relation of pre-school child-care quality to children’s cognitive and social developmental trajectories through second grade. *Child Development*, 72, 1534-1553.

Pianta R.C. Steinberg M.S, Rollins K.B. (1995). The first two years of school: Teacher–child relationships and deflections in children’s classroom adjustment. *Development and Psychopathology*, 7, 295–312.

Portugal, G. (1998a), *Crianças, Famílias e Creches – Uma abordagem ecológica da adaptação do bebé à creche*. Porto: Porto Editora.

Portugal, G. (1998b). Qualidade da Creche e Organização do espaço físico, materiais e equipamentos. *Cadernos de Educação de Infância: APEI*, 48, 27.

Portugal, G. (2000). Educação de Bebés em Creche – Perspectivas de Formação, Teóricas e Práticas. *Infância e Educação*, 1, 85-106.

Portugal, G. (2011). *Avaliação em Educação Pré-Escolar. Sistema de Acompanhamento das Crianças*. Porto: Porto Editora

Portaria nº 262/2011. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Diário da República – I Série, Nº167 de 31 de Agosto de 2011.

Portaria nº 411/2012. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Diário da República – I Série, Nº242 de 14 de Dezembro de 2012.

.Pimentel, J. S., (2010). Atendimento e intervenção precoce a crianças em risco dos 0 aos 3 anos: Em busca da qualidade. A educação das crianças dos 0 aos 3 anos: *Estudos e seminários*, 121-128.

Reynolds, A. J. (1994). Effects of a preschool plus follow-on intervention for children atrisk. *Developmental Psychology*, 30, 6, 787-804.

Rocha, M. B. P., Couceiro, M. E., & Madeira, M. I. R. (1996). Guiões Técnicos. Creche – Condições de implementação, localização, instalação e funcionamento. Lisboa: Direção Geral da Ação Social.

Rutter, M. (1993). Resilience: Some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14 (8), 626-631

Sarmiento, T. & Marques, J. (Coord.) (2002), *A escola e os pais*. Coleção Infância. Maia: Centro de Estudos da Criança – U.M.

Shonkoff, J. P., & Philips, D. A. (2000). From neurons to neighborhoods: the science of early child development. Washington, D. C. : National Academy Press.

Silva, I. L. (1997) *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação

Silva, A. & Cardoso, C. (2005). Relação Escola-Família, in Pequito, P. Pinheiro, A. (org) (2005), CIANEI: Actas do 1º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação de Infância. Porto: Gaialivro

Stevenson, D. L. & Baker (1987). The family-school relation and the child's school performance. *Child Development*, 58, 1348-1357.

Tomasello, M. & Farrar, J. (1986). Join attention and early language. *Child Development*, 57, 1454-1463.

Van Voorhis, F., & Steven S.(2004). Principals' roles in the development of US programs of school, family, and community partnerships. *International Journal of Educational Research*, 41, 1, 55-70.

Vasconcelos, T., Orey, I., Homem, L. F., & Cabral, M. (2002). *Educação de infância em Portugal: Situação e contextos numa perspectiva de promoção de equidade e combate à exclusão*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação

Vasconcelos (2009). *Prática pedagógica sustentada Cruzamento de saberes e de competências*. Edições Colibri. Instituto Politécnico de Lisboa.

Vasconcelos, T. (2011). Recomendação – A Educação dos 0 aos 3 Anos. Conselho Nacional de Educação. Recomendação nº 3/2011. Publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 79 — 21 de Abril de 2011.

Wertsch, J. V. (1985). *Culture, communication and cognition: Vygotskian perspectives*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Wood, D. J. & Middleton, D. J. (1975). A study of assisted problem solving. *British Journal of Psychology*, 66, 181-190.

Yoshikawa, H. (1994). Prevention as cumulative protection: Effects of early family support and education on chronic delinquency and its risks. *Psychological Bulletin*, 115, 1, 28-54.

Zigler, E. F. (1987). The effectiveness of Head Start: Another look. *Educational Psychologist*, 13, 71-77.

Anexos

Anexo 1 – Termo de Consentimento Informado

Susana Maria Santos Fortes Realista

Aluna de 2ºano de Mestrado em Intervenção Precoce
da Escola Superior de Educação de Lisboa

Exma. Srª Directora

Mafra, 19 de Novembro de 2012

Assunto: Pedido de autorização para o desenvolvimento de um trabalho de investigação

Eu, Susana Maria Santos Fortes Realista, educadora de infância na Creche do Município de _____ e aluna na Escola Superior de Educação de Lisboa, a frequentar o 2º ano do Mestrado em Intervenção Precoce, estou a desenvolver um trabalho de investigação, sob as *representações dos pais primíparos e múltiparos sobre Creche*, sob orientação da Professora Doutora Marina Fuertes.

Venho por este meio solicitar a V. Exa. autorização para pedir a colaboração dos pais das crianças que frequentam a Creche, no preenchimento de um questionário.

O objetivo do estudo centra-se em conhecer as representações dos pais pela primeira vez e dos pais pela segunda vez sobre Creche.

Sem outro assunto de momento, apresento os melhores cumprimentos,

Atenciosamente,

Susana Realista

Anexo 2 – Questionário aos Pais

QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de um trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do Mestrado em Intervenção Precoce da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, sob orientação da Professora Doutora Marina Fuertes. O objectivo do estudo centra-se em conhecer as representações dos pais pela primeira vez e dos pais pela segunda vez sobre Creche.

Leia atentamente e responda a todas as questões com sinceridade. Para quaisquer sugestões ou informações contacte, por favor, pelo e-mail susana-realista@hotmail.com

As suas respostas são fundamentais para a concretização deste estudo. Todas as informações recolhidas são confidenciais.

Caracterização

Idade do Pai

Idade da Mãe

Profissão do Pai _____

Profissão da Mãe _____

Habilitações Literárias _____

Habilitações Literárias _____

